

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



4.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1149

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações (Reunião Pública de Câmara realizada em 24 de fevereiro de 2016):

- **Voto de Congratulação n.º 4/2016 (Subscrito pela Vereadora Paula Marques e pelos Vereadores João Afonso e João Paulo Saraiva)** - Congratulou o Governo Português pela aprovação em Conselho de Ministros da alteração da denominação Aeroporto de Lisboa para Aeroporto Humberto Delgado, nos termos do Voto de Congratulação [pág. 228 (86)]

- **Moção n.º 4/2016 (Subscrita pela Câmara)** - Pela preservação do Comércio Local e Tradicional da Cidade de Lisboa (Alteração do Novo Regime do Arrendamento Urbano e legislação complementar), nos termos da Moção [pág. 228 (86)]

- **Moção n.º 5/2016 (Subscrita pelo Vereador João Gonçalves Pereira)** - Aprovou os considerandos sobre a reabilitação do Bairro da Cruz Vermelha, nos termos da Moção [pág. 228 (87)]

- **Voto de Pesar n.º 5/2016 (Subscrito pela Câmara)** - Aprovou o Voto de Pesar pelo falecimento do Arquiteto Diogo Seixas Lopes, nos termos do Voto de Pesar [pág. 228 (88)]

- **Proposta n.º 66/2016 (Subscrita pelos Vereadores Duarte Cordeiro, Catarina Vaz Pinto e Manuel Salgado)** - Aprovou os critérios de atribuição da distinção «Lojas com História» e as normas de concretização do Programa «Lojas com História», nos termos da proposta [pág. 228 (88)]

- **Proposta n.º 67/2016 (Subscrita pelo Vereador Jorge Máximo)** - Aprovou a proposta de candidatura de Lisboa a Capital Europeia do Desporto no ano de 2021, nos termos da proposta [pág. 228 (96)]

- **Proposta n.º 68/2016 (Subscrita pelo Vereador Duarte Cordeiro)** - Aprovou e submeteu à Assembleia Municipal o Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa (2015-2020), nos termos da proposta [pág. 228 (151)]

- **Proposta n.º 69/2016 (Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado)** - Aprovou a ratificação das alterações introduzidas pela Assembleia Municipal de Lisboa na Proposta n.º 154/2015, alterada pelas Propostas n.ºs 259/2015 e 389/2015, relativa à aprovação da versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa, nos termos da proposta [pág. 228 (96)]

- **Proposta n.º 70/2016 (Subscrita pelos Vereadores Manuel Salgado e João Paulo Saraiva)** - Aprovou e submeteu à Assembleia Municipal a designação do Fiscal Único da Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A., nos termos da proposta [pág. 228 (151)]

- **Proposta n.º 71/2016 (Subscrita pelo Vereador José Sá Fernandes)** - Aprovou a classificação de «Património Vegetal Municipal» de um exemplar arbóreo, nos termos da proposta [pág. 228 (136)]

- **Proposta n.º 72/2016 (Subscrita pela Vereadora Catarina Vaz Pinto)** - Aprovou a atribuição de um apoio para as Associações e Coletividades organizadoras das Marchas Populares, nos termos da proposta [pág. 228 (136)]

- **Proposta n.º 73/2016 (Subscrita pela Vereadora Catarina Vaz Pinto)** - Aprovou a transferência de verba para a Comuna - Teatro de Pesquisa, CRL, no âmbito de um apoio financeiro a realizar no ano 2016, nos termos da proposta [pág. 228 (141)]

- **Proposta n.º 74/2016 (Subscrita pelo Vereador Jorge Máximo)** - Aprovou a atribuição de apoio financeiro e não financeiro, no âmbito do RAAML, à Federação Portuguesa de Rugby com vista à realização, no ano de 2016, do Campeonato da Europa Sub-18 («U18 European Championship»/«U18 European Trophy») e do «Portugal Rugby Youth Festival 2016», bem como aprovou a respetiva Minuta de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos da proposta [pág. 228 (141)]

- **Proposta n.º 76/2016 (Subscrita pelo Vereador João Afonso)** - Aprovou revogar a Deliberação n.º 37/2016, que aprovou as Regras do Procedimento Concursal e do Aviso de Abertura para atribuição de apoio financeiro municipal, nos termos da proposta [pág. 228 (151)]

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações

Reunião Pública de Câmara realizada em 24 de fevereiro de 2016

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida no dia 24 de fevereiro de 2016, deliberou aprovar o seguinte Voto de Congratulação, Voto de Pesar e as seguintes Moções e Propostas, que lhe foram presentes e que tomaram a forma de Deliberações, como se seguem:

- **Voto de Congratulação n.º 4/CM/2016** - Subscrito pela Vereadora Paula Marques e pelos Vereadores João Afonso e João Paulo Saraiva:

Voto de congratulação pela aprovação em Conselho de Ministros da alteração da denominação Aeroporto de Lisboa para Aeroporto Humberto Delgado

Considerando que:

Em 11 de fevereiro de 2015, por ocasião do 50.º aniversário do assassinato de Humberto Delgado, o Executivo Municipal aprovou, por unanimidade, uma Moção a saudar a memória da figura ímpar do General Humberto Delgado e a propor ao Governo Português a atribuição do nome de Humberto Delgado ao Aeroporto da Portela, também conhecido por Aeroporto de Lisboa.

O documento lembra o percurso de Humberto Delgado na aeronáutica militar e o seu contributo crucial para a moderna aviação comercial, sedo responsável pelo estabelecimento das bases para a aviação moderna em Portugal, e «por isso justamente apelidado de pai da aviação comercial portuguesa», bem como a sua faceta de luta política pelo combate determinado e corajoso contra a ditadura.

No passado dia 11 de fevereiro o Conselho de Ministros aprovou denominar o Aeroporto de Lisboa de Aeroporto Humberto Delgado, com efeitos a 15 de maio, data em que comemoram 110 anos sobre o nascimento do General Humberto Delgado, no concelho de Torres Novas.

Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Lisboa aprove, na sua sessão pública de 24 de fevereiro de 2016, o seguinte Voto de Congratulação:

- Congratular o Governo Português por, em associação à proposta da Câmara Municipal de Lisboa, decidir celebrar uma figura notável da história da aviação e da democracia portuguesas, numa justa e merecida homenagem ao General Humberto Delgado.

(Aprovado por unanimidade.)

- **Moção n.º 4/CM/2016** - Subscrita pela Câmara:

Pela preservação do Comércio Local e Tradicional da Cidade de Lisboa

(Alteração do Novo Regime do Arrendamento Urbano e legislação complementar)

O Município de Lisboa está a desenvolver o denominado Programa «Lojas com História», aprovado pela Deliberação n.º 99/CM/2015, de 25 de fevereiro de 2015, com o propósito de preservar e promover o comércio local e tradicional da cidade de Lisboa, posicionando-o enquanto marca diferenciadora da capital portuguesa.

O citado programa tem como objetivo a caracterização, mapeamento e definição de critérios para uma classificação de «Lojas com História» da cidade de Lisboa, bem como a criação de uma marca ativa e identitária de comércio da cidade.

O Programa «Lojas com História» pretende, assim, despoletar uma reflexão sobre a atividade económica e o comércio local, bem como sobre o património e o imaginário associado às lojas tradicionais de Lisboa, com o objetivo de proteger a sua integridade e autenticidade, através de medidas que potenciem o seu crescimento e que sejam geradoras de novos modelos de negócio e de emprego, garantindo o continuar renovado de um sector com enorme valor.

É imperioso que o comércio mantenha um lugar de destaque na vida económica, social e cultural da cidade, como sempre foi seu.

Pretende-se com o referido programa proteger e salvaguardar as lojas ainda existentes com características únicas e diferenciadoras da atividade económica e cuja história se confunde com a própria história da cidade.

O Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua redação inicial, bem como as alterações subsequentes introduzidas no que se refere aos contratos de arrendamento para fim não habitacional, não contempla qualquer norma que vise especificamente a proteção do comércio local e tradicional.

Do mesmo modo, a legislação complementar ao NRAU aprovada, nomeadamente o Regime Jurídico das Obras em Prédios Arrendados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, bem como as alterações subsequentes introduzidas, não se mostra capaz de assegurar a manutenção do comércio local e tradicional nos espaços objeto de demolição, remodelação ou restauro.

As normas em vigor não protegem as lojas mais antigas, muitas delas lojas com história, pelo que se tem verificado o encerramento de vários estabelecimentos - uma perda para a cidade de Lisboa em termos históricos, económicos e culturais, dissipando-se, assim, uma parte da identidade de Lisboa e do próprio País.

Pelas razões acima expostas, propomos que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

- a) Proceder ao envio da presente Moção à Assembleia da República;
- b) Submeter à apreciação da Assembleia da República as seguintes alterações legislativas:

- No n.º 4 do artigo 51.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro (NRAU), com a redação da Lei n.º 79/2014, de 19/12, introduzir uma alínea d) que contemple, para os efeitos ali previstos, os locados que venham a ser classificados pelos Municípios, com especial interesse, em função de critérios relacionados com atividade, património material e património cultural e histórico, definidos por regulamento próprio ou validados pelo Ministério da Cultura;
- No n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro (NRAU), com a redação da Lei n.º 79/2014, de 19/12, sempre que o arrendatário invocar, nos termos previstos, ser detentor de classificação atribuída por Município, com especial interesse, em função de critérios relacionados com atividade, património material e património cultural e histórico, definidos por regulamento próprio ou validados pelo Ministério da Cultura, estabelecer em 10 anos o prazo de submissão dos contratos ao NRAU, na falta de acordo entre as Partes;
- Nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto (Regime Jurídico das Obras em Prédios Arrendados), com a redação da Retificação n.º 59-B/2012, de 12/10, prever um mecanismo

de manutenção dos contratos de arrendamento, referentes aos locados que venham a ser classificados pelos Municípios, com especial interesse, em função de critérios relacionados com atividade, património material e património cultural e histórico, definidos por regulamento próprio ou validados pelo Ministério da Cultura, no imóvel objeto de demolição, remodelação ou restauro.

(Aprovada por unanimidade.)

- Moção n.º 5/CM/2016 - Subscrita pelo Vereador João Gonçalves Pereira:

Da reabilitação do Bairro da Cruz Vermelha

Considerando que:

O Bairro da Cruz Vermelha foi construído na década de 70, para o realojamento de muitas famílias;

Desde 2003 que a gestão deste Bairro está entregue à GEBALIS - Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, empresa municipal que pretende promover a qualidade de vida, a integração social e a autonomia das populações residentes, tornando os bairros geridos, nas vertentes social, patrimonial e financeira, em unidades sustentáveis e com forte sentimento de pertença;

Para além da falta de segurança referida pela maioria dos seus habitantes relacionada com o narcotráfico, o Bairro da Cruz Vermelha apresenta ainda, ao nível das habitações, iguais problemas de segurança, a que acrescem os óbvios perigos para a saúde pública e o isolamento a que o Bairro está votado;

Este bairro, como se comprova com o Levantamento Fotográfico em anexo, encontra-se em lamentável estado de abandono com evidente penúria de condições de habitabilidade para diversas famílias;

O objetivo da contratação da Câmara Municipal de Lisboa com a SGAL em 1984, foi entre outros o da recuperação das áreas degradadas do Alto do Lumiar e a promoção do realojamento da população a viver em condições degradadas;

Face às condições de vida documentadas, torna-se evidente que tal propósito não foi plenamente alcançado, sendo que os prazos estabelecidos para a execução do PUAL que apontavam o ano de 2010 para a sua conclusão, foram largamente ultrapassados, tendo existido a necessidade de rever, por diversas vezes, o contrato inominado celebrado inicialmente;

Na orla poente da chamada Alta de Lisboa, em frente ao Bairro da Cruz Vermelha, se encontra por concluir e abandonado o Plano de Pormenor da Malha 14, inserido no Plano de Urbanização do Alto do Lumiar;

Considerando também as palavras de boas intenções proferidas por parte do Sr. Presidente da Câmara, de que se destaca a seguinte citação:

«A moderna habitação municipal seja um exemplo de que a habitação municipal não é menos, é mais um exemplo do que é a moderna construção na cidade de Lisboa» - Presidente Fernando Medina, in reunião da AML de 2016/02/23;

Considerando ainda que os municípios do Bairro da Cruz Vermelha não podem ser isolados da Cidade, pela construção de condomínios em seu redor sem que nada se faça para a sua plena integração;

A Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º do seu Regimento e pela presente Moção considera que:

- 1 - Devem os Serviços Municipais com competência nas diferentes áreas, proceder a uma avaliação das condições de segurança e de habitabilidade do Bairro da Cruz Vermelha, apresentando à Câmara o respetivo relatório no prazo máximo de 60 dias;
- 2 - Devem os Serviços Municipais competentes proceder ao estudo e avaliação das soluções de reabilitação profunda e efetiva do Bairro da Cruz Vermelha no prazo de três meses, promovendo a integração social de quem lá vive.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Voto de Pesar* n.º 5/CM/2016 - Subscrito pela Câmara:

Pelo falecimento do Arquiteto Diogo Seixas Lopes

Nascido em 1972, faleceu, no passado dia 17 de fevereiro, o Arquiteto Diogo Seixas Lopes, tendo-se fechado prematuramente um ciclo de vida que foi repleto de atividade singular e pujante nas mais diversas áreas da arquitetura, desde a conceção de projetos, passando pelo ensino, até à produção teórica e expositiva.

Licenciado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa e Doutor pelo Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Zurique, com uma dissertação de doutoramento sobre *Melancholia na Arquitetura*, sob o título *Melancholy and Architecture*. On Aldo Rossi, aclamado pela crítica de arquitetura como um dos livros do ano na área.

Desenvolve também a atividade como professor convidado na Universidade de Coimbra, na Universidade de Carleton (Ottawa), na Escola Politécnica Federal Lausanne e Universidade Autónoma de Lisboa.

Foi um dos diretores da revista *Prototipo* e vice-diretor do «Jornal Arquitetos». É autor de artigos sobre arquitetura para diversas publicações periódicas e livros.

Em 2006 funda o ateliê Barbas Lopes, Arquitetos, em parceria com Patrícia Barbas. Dentre os vários projetos destacam-se edifícios públicos e privados, remodelações,

conceção de exposições, bem como colaborações com outros arquitetos como Peter Märkli, ou Gonçalo Byrne, com quem concluiu a Requalificação do Teatro Thalia, em Lisboa, nomeada para diversos prémios internacionais, tal como o Prémio FAD de Arquitetura e Interiores e Prémio Europeu Mies Van der Rohe 2013. Mais recentemente, através deste ateliê, vence um concurso de ideias para um edifício de escritórios, na Avenida Fontes Pereira de Melo, e era um dos projetistas convidados a desenvolver o programa *Uma Praça em Cada Bairro*.

Era atualmente, com André Tavares, um dos responsáveis pela curadoria da 4.ª edição da Trienal de Arquitetura de Lisboa, a realizar ainda este ano, sob o título «A Forma da Forma»; e também consultor da «Garagem Sul», galeria dedicada à Arquitetura e Urbanismo do Centro Cultural de Belém.

O seu entendimento abrangente e transversal da arquitetura, o pensamento e reflexão que deixou expressos nos escritos teóricos que produziu a respeito da disciplina, o envolvimento que dedicou a cada projeto por si abraçado, fazem prova do seu importante contributo para a cultura arquitetónica nacional. Diogo Seixas Lopes foi um arquiteto com invulgares capacidades de compreensão, relacionamento e crítica independente.

Por tudo isto, prestamos a nossa sentida homenagem ao Arquiteto Diogo Seixas Lopes, propondo que o Município de Lisboa delibere:

- 1 - Aprovar o presente «Voto de Pesar» pelo falecimento;
- 2 - Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste «Voto de Pesar».

(Aprovado por unanimidade.)

- *Deliberação* n.º 66/CM/2016 (Proposta n.º 66/2016) - Subscrita pelos Vereadores Duarte Cordeiro, Catarina Vaz Pinto e Manuel Salgado:

Aprovar os critérios de atribuição da distinção «Lojas com História» e as normas de concretização do Programa «Lojas com História»

Pelouros: Economia e Inovação, Urbanismo e Cultura.

Serviços: Direção Municipal de Economia e Inovação, Direção Municipal de Urbanismo e Direção Municipal de Cultura.

Considerando que:

O Programa «Lojas com História» e a constituição do respetivo Grupo de Trabalho, foram aprovados, por unanimidade, em reunião pública da Câmara Municipal, no dia 25 de fevereiro (Proposta n.º 99/2015).

Conforme mencionado na proposta «O comércio pode, e deve, ser um dos elementos distintivos e diferenciadores entre cidades. O comércio teve, sempre, ao longo da História, um papel muito relevante na cidade de Lisboa. E o comércio

continua a ter um lugar muito relevante na vida económica, social e cultural da cidade. Posicionar o comércio como marca diferenciadora de cidade e, simultaneamente, atividade económica geradora de emprego, exige a articulação de diferentes e complementares medidas, no âmbito de uma estratégia que ligue três áreas de atividade municipal: planeamento urbano e elementos arquitetónicos, património cultural e atividades económicas».

Se procedeu à constituição de um Grupo de Trabalho multidisciplinar, composto por elementos dos Serviços Municipais envolvidos em razão da matéria - economia, cultura e urbanismo - e elementos externos da equipa da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, com os objetivos centrais de:

- a) Caracterização, mapeamento e definição de critérios para uma distinção de «Lojas com História» da cidade de Lisboa, de acordo com elementos urbanísticos, culturais e económicos, incluindo as oficinas (dentro e fora das lojas) existentes na cidade que trabalhem artes e ofícios ligados ao comércio de manufatura ou que, não estando ligadas ao comércio, tenham potencial para fazer parte deste projeto e desenvolver a sua atividade;
- b) Levantamento das «Lojas com História» existentes em Lisboa, nos termos dos critérios mencionados no número anterior;
- c) Desenvolvimento e aplicação de uma marca ativa e identitária de comércio da cidade de Lisboa - «Lojas com História» - a partir da qual diversos conteúdos serão produzidos, nomeadamente um guia de «Lojas com História» de Lisboa, atividades conjuntas das lojas, coleções de produtos, prémios, bem como a definição de um conjunto de benefícios associados à marca.

Na sequência da Deliberação acima referida, o Grupo de Trabalho deu início à tarefa de caracterização, mapeamento e definição de critérios para uma distinção de «Lojas com História» da cidade de Lisboa, de acordo com elementos urbanísticos, culturais e económicos.

Em simultâneo, foi criado um Conselho Consultivo das Lojas com História, para apoio ao desenvolvimento do trabalho, constituído por associações representativas e personalidades com forte ligação à cidade, à sua história e ao seu comércio, sendo que este Conselho Consultivo foi ouvido sobre a proposta de definição de critérios, que foi igualmente submetida a discussão no âmbito de uma sessão pública com os lojistas da cidade, em outubro passado.

Compete à Câmara Municipal de Lisboa assegurar a classificação do património cultural e urbanístico do Município, bem como promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal.

Assim, ao abrigo do disposto nas alíneas *t)* e *ff)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, temos a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar a definição dos critérios para atribuição da distinção «Lojas com História», nos termos constantes do Anexo I, o qual faz parte integrante da presente proposta;
- b) Aprovar as normas de concretização do Programa «Lojas com História», nos termos do Anexo II, o qual faz parte integrante da presente proposta.

(Aprovada por unanimidade.)

ANEXO I

[Critérios de atribuição da distinção “Lojas Com História”]

Cotação

Valorizam-se todos os critérios com 1 ponto cada, à exceção do critério 1.1, onde se valoriza 1 ponto por cada 25 anos de atividade, até um máximo de três pontos.

Requisitos

Para ser considerada Loja com História, a loja tem de satisfazer duas regras:

- 1 - Cumprir obrigatoriamente um critério em cada núcleo;
- 2 - Cumprir mais de 50% dos critérios, no total dos três núcleos.

(Retalho=11 mínimo e Restauração e Bebidas=10 mínimo)

/// CRITÉRIOS

1. ATIVIDADE

1.1. Longevidade reconhecida *[aplicável a lojas com mais de 25 anos de actividade]*

Objetivos: Comprovar a longevidade do estabelecimento.

1.2. Significado para a história comercial da cidade

Objetivos: Premiar a inovação de negócios e produtos, em todas as épocas, e a resiliência de últimos representantes de actividades e ofícios. Promover os bons exemplos de gestão duradoura.

1.3. Existência de oficinas e/ou produção própria *[não aplicável à restauração]*

Objetivos: Identificar a produção local e promover o saber-fazer associado aos estabelecimentos comerciais.

1.4. Produção nacional *[não aplicável à restauração]*

Objetivos: Premiar e incentivar a utilização de produtos e matérias-primas nacionais.

1.5. Produto identitário e/ou existência de marca(s) própria(s)

Objetivos: Incentivar o desenvolvimento de produtos próprios, no sentido da criação de identidade própria e da valorização pela diferença. Incentivar a criação e registo legal de marcas.

2. PATRIMÓNIO MATERIAL

2.1. Património artístico e/ou projetado

Objetivos: Promover os bons exemplos da articulação entre o projeto (arquitectónico, interiores e design), o modelo de negócio e os serviços prestados, envolvendo diferentes disciplinas, empresas e fornecedores.

2.1.1. Projeto de espacialidade

2.1.2. Mobiliário e iluminação

2.1.3. Suportes de comunicação

2.1.4. Decoração

2.1.5. Projeto total

2.2. Espólio/Acervo

Objetivos: Incentivar e promover a conservação organizada de artefactos e documentos relacionados com o estabelecimento e atividade.

2.2.1. Utensílios e/ou matérias-primas

2.2.2. Elementos documentais

2.3. Salvaguarda e divulgação

Objetivos: Sensibilizar os lojistas para a organização, documentação e conservação adequadas de acervo e espólio, assim como a sua utilização na promoção dos estabelecimentos e marcas.

2.3.1. Salvaguarda

2.3.2. Divulgação

3. PATRIMÓNIO CULTURAL E HISTÓRICO

3.1. Lojas de referência

Objetivos: Destacar os factores sociais e culturais através dos quais alguns estabelecimentos se tornaram referências na memória coletiva dos cidadãos.

3.1.1. Coesão e proximidade

3.1.2. Significado para a história, cultura e memória coletiva dos cidadãos

3.2. Salvaguarda e divulgação

Objetivos: Sensibilizar os lojistas para a documentação e registo de todos os conteúdos intangíveis que possam contribuir para a valorização do estabelecimento e marca(s), assim como a utilização dos mesmos na promoção dos estabelecimentos e marcas.

3.2.1. Salvaguarda

3.2.2. Divulgação

ANEXO II

[Normas de concretização do Programa “Lojas com História”]

Constituem objetivos estratégicos para a cidade de Lisboa a promoção da reabilitação e da regeneração urbana, bem como a promoção de uma cidade mais inovadora e mais criativa, capaz de competir num contexto global e gerar riqueza e emprego para o território municipal.

O Município de Lisboa tem vindo a promover diversas iniciativas convergentes com estes objetivos, como a realização de ações para dinamização do comércio de rua e para a dinamização cultural destes espaços, bem como a definição de um conjunto de regras para as intervenções urbanísticas que privilegiem a conservação e a valorização do edificado.

I. OBJETO DO PROGRAMA

O Programa “Lojas Com História” tem por objeto a distinção das lojas que se destacam pelas suas características únicas e reconhecido valor para a identidade da cidade de Lisboa, isto é, lojas que correspondem a espaços comerciais com particularidades arquitectónicas e/ou decorativas relevantes, e para as quais se exige a conservação da identidade arquitectónica e decorativa nas operações urbanísticas, nomeadamente as que visam a sua modernização ou alteração do uso, bem como as lojas que são únicas no quadro das atividades económicas (muitas delas pioneiras), e por vezes associadas ao seu uso original e especializadas na venda a retalho, restauração e bebidas ou na prestação de um serviço pessoal. Outras ainda, por serem as últimas do seu ramo de negócio ou que introduziram novos conceitos na sua atividade para responder às necessidades do público e/ou que mantêm ateliers de manufactura dos seus produtos.

Assim, pretende-se incentivar a manutenção e reabilitação destes espaços, bem como a conservação das lojas localizadas na cidade de Lisboa que privilegiem a manutenção do mesmo uso, ou com uso diferente mas compatível com as características do espaço e da sua conceção, e contribuam para a dinamização das atividades económicas e culturais da cidade de Lisboa.

II. GRUPO DE TRABALHO

O Grupo de Trabalho – a funcionar na dependência direta do Vereador com o pelouro da economia e inovação e em articulação com os Vereadores com os pelouros da cultura e do urbanismo – deve garantir uma estreita articulação entre as áreas da atividade municipal (planeamento urbano e elementos arquitetónicos, património cultural e atividades económicas) e uma visão de conjunto relativamente às mesmas.

O objetivo a alcançar com as atividades do Grupo de Trabalho consiste, fundamentalmente, no apoio e promoção do comércio tradicional local como marca diferenciadora da cidade, através de medidas geradoras de novos modelos de negócio e mais emprego, garantindo a continuação renovada de um setor com enorme valor patrimonial, cultural e económico.

Competências do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho assume as seguintes competências:

1. Caracterização, mapeamento e definição de critérios para uma classificação de “Lojas Com História” da cidade de Lisboa, de acordo com elementos urbanísticos, culturais e económicos, incluindo as oficinas (dentro e fora das lojas) existentes na cidade que trabalhem artes e ofícios ligados ao comércio de manufatura ou que, não estando ligadas ao comércio, tenham potencial para fazer parte deste projeto e desenvolver a sua atividade;
2. Levantamento e elaboração da proposta de atribuição da distinção a um primeiro grupo de “Lojas Com História” existentes na cidade, nos termos dos critérios mencionados no número anterior;
3. Apreciação de todos os processos de atribuição da distinção “Lojas Com História”, de acordo com a metodologia definida para o efeito, propondo a decisão final aos Vereadores com competência nesta matéria;
4. Abertura de processos de distinção, por iniciativa própria, dos Vereadores com competência ou do Conselho Consultivo;
5. Apresentação de propostas de novas medidas de apoio e incentivo às lojas distinguidas;
6. Emissão de parecer prévio não vinculativo no âmbito de operações urbanísticas que tenham impacto direto sobre as lojas distinguidas;
7. Propor à Direção Municipal de Cultura a abertura de procedimentos de classificação do imóvel, mobiliário, outros elementos do espólio e/ou de bens imateriais como de Interesse Municipal;
8. Propor a implementação de novas medidas de divulgação e promoção das lojas distinguidas pelo Programa, que possam abranger o comércio tradicional em geral;
9. Desenvolvimento e aplicação de uma marca ativa e identitária de comércio da cidade de Lisboa – “Lojas com História” – a partir da qual diversos conteúdos serão produzidos;
10. Promover uma rede de parcerias que visem apoiar a continuidade das atividades comerciais, do património e das artes e ofícios correlacionados, propondo a celebração de protocolos de colaboração com associações e entidades;
11. Acompanhar as lojas distinguidas pelo Programa e centralizar o apoio necessário, nomeadamente nas áreas de restauro de espaços, mobiliário e património artístico; modernização e divulgação; design de comunicação, produto e interiores e aconselhamento sobre candidaturas a programas de financiamento;
12. Gerir a comunicação com as lojas, incluindo o endereço de email lojascomhistoria@cm-lisboa.pt e o sítio da Internet.

Composição do Grupo de Trabalho

Em face da transversalidade e complexidade do trabalho a desenvolver e na medida considerada necessária para a sua execução e concretização do objeto do Programa, integram o Grupo de Trabalho:

- Um coordenador – a designar pelo Vereador com o pelouro da Economia e Inovação;
- Representantes da Direção Municipal de Economia e Inovação e/ou das respetivas unidades orgânicas – a designar pelo Vereador com o pelouro da Economia e Inovação;
- Representantes da Direção Municipal de Urbanismo e/ou das respetivas unidades orgânicas – a designar pelo Vereador com o pelouro do Urbanismo;
- Representantes da Direção Municipal de Cultura e/ou das respetivas unidades orgânicas – a designar pela Vereadora com o pelouro da Cultura;
- Outros membros cujo contributo seja considerado necessário, a mobilizar para o efeito.

Os trabalhos desenvolvidos pelos membros internos do Grupo de Trabalho devem ser considerados para efeitos da respetiva avaliação de desempenho, no âmbito das orgânicas acima referidas.

Ao coordenador compete promover a articulação e cooperação de todos os serviços municipais envolvidos, bem como de todos os serviços e entidades externas necessárias à implementação do programa.

III. CONSELHO CONSULTIVO

Competências do Conselho Consultivo

Compete ao Conselho Consultivo apreciar quaisquer propostas de definição de critérios para a atribuição da distinção “Lojas com História”, bem como de medidas de incentivo e apoio às lojas distinguidas e pronunciar-se sobre quaisquer questões relacionadas com o Programa, sempre que para tal sejam solicitados pelos Vereadores com os pelouros da Economia e Inovação, Urbanismo e Cultura.

Composição e funcionamento do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo do Programa “Lojas Com História” é composto por associações representativas e personalidades com forte e reconhecida ligação à cidade, à sua história e ao seu comércio.

Os membros do Conselho Consultivo são convidados pelos Vereadores com os pelouros da Economia e Inovação, Urbanismo e Cultura.

Os membros do Conselho Consultivo não são remunerados.

- *Deliberação n.º 67/CM/2016* (Proposta n.º 67/2016) -
Subscrita pelo Vereador Jorge Máximo:

Aprovar a proposta de candidatura de Lisboa a Capital Europeia do Desporto no ano 2021, nos termos da proposta

Pelouro: Desporto - Vereador Jorge Máximo.

Serviço: Departamento da Atividade Física e do Desporto.

Considerando que:

- 1 - Lisboa é hoje uma cidade europeia de referência e o seu reconhecimento enquanto destino turístico de excelência tem vindo a consolidar-se de forma sustentada. É uma cidade cada vez mais procurada e preparada para acolher eventos de grande dimensão internacional. A sua história, arquitetura, centralidade, clima, segurança e mobilidade interna são fatores que diferenciam e destacam Lisboa face a outras capitais europeias e mundiais;
- 2 - Em termos desportivos, a cidade de Lisboa dispõe de diversos equipamentos e infraestruturas que permitem ter as condições técnicas e de acolhimento adequadas para a receção de diversas provas e eventos desportivos, seus atletas, acompanhantes e espectadores;
- 3 - O papel da CML tem sido determinante, e cada vez mais facilitador, na organização de grandes eventos desportivos, como são o caso da Volvo Ocean Race, Tall ships Race, Final da UEFA Champions League, a Volta a Portugal, o Portugal Rugby Youth Festival, a UEFA Futsal Cup, a Meia Maratona de Lisboa, entre outros. Este facto tem potenciado e consolidado mediaticamente a marca Lisboa, a nível nacional e internacional;
- 4 - Através dos seus programas municipais de prática desportiva, assim como dos programas municipais de apoio ao movimento associativo e desportivo, a cidade de Lisboa tem vindo, ainda, a promover e desenvolver o desporto inclusivo e gratuito, com ofertas diferenciadas para as diferentes faixas etárias, nomeadamente crianças, adultos, idosos e cidadãos portadores de deficiência;
- 5 - Recentemente foi divulgado o «Estudo sobre a Avaliação do Impacto dos Grandes Eventos Desportivos realizados em Lisboa na época desportiva 2014/2015», desenvolvido pelo INDEG-ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), o qual analisou o impacto, direto e indireto, dos 17 grandes eventos desportivos na cidade de Lisboa, tendo em conta a imagem e o valor que os mesmos trazem para a marca da capital e para a sua economia e turismo;
- 6 - Nas suas conclusões, este estudo indica que o impacto total, direto e indireto, destes eventos/iniciativas desportivas para a cidade foi de cerca de 100 milhões de euros;
- 7 - A «ACES Europe - Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto» é a entidade que, no âmbito da Comissão Europeia, tem competência para atribuição das distinções «Capital Europeia do Desporto» e «Cidade Europeia do Desporto»;

8 - O título «Capital Europeia do Desporto» é atribuído, anualmente, a uma capital ou cidade de um país europeu. Para além do incentivo à vertente competitiva, esta iniciativa europeia procura promover o desporto informal e os estilos de vida saudáveis, bem como o desporto inclusivo e para todos;

9 - Esta distinção contribui, ainda, para aumentar o reconhecimento internacional das cidades, valorizar as políticas desportivas existentes nas mesmas, permitir a partilha de experiências entre diversas cidades europeias e incentivar à melhoria das políticas desportivas;

10 - À cidade galardoada com o título de «Capital Europeia do Desporto», competirá a responsabilidade de zelar por essa distinção durante um ano, respeitando e implementando as regras da imagem e projetando um calendário de eventos desportivos com atividades que promovam a saúde, bem-estar e integração social (com o mínimo exigível de um congresso internacional ou uma competição internacional);

11 - A cidade de Lisboa tem condições privilegiadas para assumir uma candidatura de valor ao título de «Capital Europeia do Desporto». O êxito desta candidatura não estará dependente de maiores investimentos ao nível das suas infraestruturas, para além dos que já constam do Plano Plurianual de Investimentos, uma vez que a cidade dispõe já de uma larga oferta de infraestruturas capazes de satisfazer os requisitos exigidos;

12 - A atribuição deste título constituirá mais um motivo de prestígio, afirmação e reconhecimento da marca Lisboa, com impactos económicos, sociais e desportivos relevantes para a cidade e para o País;

13 - Neste contexto, o Município de Lisboa pretende afirmar a vontade e compromisso em formalizar a sua candidatura a «Capital Europeia do Desporto» 2021.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos do disposto n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a candidatura de Lisboa a «Capital Europeia do Desporto» no ano de 2021.

(Aprovada por unanimidade.)

- *Deliberação n.º 69/CM/2016* (Proposta n.º 69/2016) -
Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado:

Aprovar a ratificação das alterações introduzidas pela Assembleia Municipal de Lisboa na Proposta n.º 154/2015, alterada pelas Propostas n.ºs 259/2015 e 389/2015, relativa à aprovação da versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa, nos termos da proposta

Pelouros: Planeamento, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Espaço Público, Património e Obras Municipais.

Serviço: DMU / DP / Divisão de Planeamento Territorial.

Considerando que:

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, na sua reunião pública de 24 de março de 2015, a Proposta n.º 154/2015 relativa à versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal de Lisboa;

Nos dias 29 de abril e 24 de junho de 2015, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, respetivamente, através das Propostas n.ºs 259/2015 e 389/2015, a retificação da referida Proposta n.º 154/2015 (versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa), para efeitos de submissão à Assembleia Municipal de Lisboa;

A versão final da proposta de Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa mereceu aprovação, na generalidade, na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada no dia 2 de junho de 2015;

A Assembleia Municipal de Lisboa, em reunião realizada no dia 2 de fevereiro de 2016, na sequência da apreciação na especialidade, deliberou a aprovação das mencionadas Propostas n.ºs 154/2015, 259/CM/2015 e 389/CM/2015, nos termos propostos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 79.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, na sua redação atual, assim como aprovou alterações aos artigos 13.º, 19.º, 34.º, 40.º e 43.º do Regulamento da proposta de Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa;

As alterações introduzidas na proposta de Regulamento do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa, pela Assembleia Municipal, visaram a clarificação das respetivas normas, assim como a correção de incongruências

entre as peças constituintes do mesmo, conforme resulta do Parecer da 3.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal - Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local;

Importa, assim proceder à ratificação das alterações introduzidas pela Assembleia Municipal de Lisboa na Proposta n.º 154/2015, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Propostas n.ºs 259/2015 e 389/2015, relativa à aprovação da versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa.

Nestes termos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- Aprovar a ratificação das alterações introduzidas pela Assembleia Municipal, na versão final da proposta de Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa, identificadas no Anexo I à presente proposta e integradas no regulamento da proposta de versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa, que constitui o Anexo II à presente proposta.

(Aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 2 abstenções.)

Anexo I

PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO URBANA DA MADRAGOA

ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS AO REGULAMENTO DO PLANO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SEDE DE DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE

Artigo 13.º, n.º 1:

Onde se lê:

“A proteção dos valores e recursos ambientais, nomeadamente relativos à estrutura ecológica municipal e outras componentes ambientais urbanas, bem como às áreas sujeitas a riscos naturais e antrópicos, obedece ao regime previsto no PDML, **sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.**”

Deve ler-se:

“A proteção dos valores e recursos ambientais, nomeadamente relativos à estrutura ecológica municipal e outras componentes ambientais urbanas, bem como às áreas sujeitas a riscos naturais e antrópicos, obedece ao regime previsto no PDML, **salvo as especificidades expressas previstas no presente plano.**”

Artigo 19.º, n.º 2:

Onde se lê:

“No conjunto histórico do Mocambo, referido na alínea a) do n.º 1 do presente artigo, são admitidas obras de conservação e de alteração com manutenção da fachada, para permitir a reabilitação e requalificação funcional e estrutural dos edifícios, **nos termos e condições do presente regulamento.**”

Deve ler-se:

“No conjunto histórico do Mocambo, referido na alínea a) do n.º 1 do presente artigo, são admitidas obras de conservação e de alteração com manutenção da fachada, para permitir a reabilitação e requalificação funcional e estrutural dos edifícios **e, ainda, excecionalmente, as obras de ampliação, demolição, construção e reconstrução, nos termos e condições do presente regulamento, nomeadamente do estabelecido no Anexo II ao Regulamento.**”

Artigo 34.º:

No n.º 2, onde se lê:

“Para efeitos de aplicação da regra prevista no número anterior considera-se como área do logradouro a área livre que não foi objeto de construções executadas ao abrigo da lei até à data da entrada em vigor do presente plano.”

Deve ler-se:

“Para efeitos de aplicação da regra prevista no número anterior considera-se como área do logradouro a área livre que não foi objeto de construções executadas ao abrigo da lei até à data da entrada em vigor do presente plano **ou, em caso de obra de construção nova ou novo alinhamento do edificado, as regras sobre logradouros aplicam-se à área da parcela que não possa ser ocupada pela construção prevista face às regras relativas à profundidade.**”

Acresce um novo n.º 7, com o seguinte teor:

“A configuração dos logradouros verdes permeáveis a preservar poderá ser ajustada em função das novas construções, desde que garantido logradouro com área permeável equivalente.”

Artigo 40.º:

Acresce um n.º 2, com o seguinte teor:

“Na Unidade Espacial do Antigo Convento da Esperança/Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros (UEsp1), a proibição de os usos complementares ultrapassarem o índice de edificabilidade de 1,5, estabelecida no n.º 1 do artigo 54.º do PDML, só é aplicável à construção de novos edifícios, sem prejuízo de, para o efeito, serem contabilizadas as áreas afetas a usos complementares localizadas nos edifícios existentes na UEsp1.”

Artigo 43.º:

A denominação do artigo passará de **“Fundo para a reabilitação”** para **“Fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística de Lisboa”**.

Onde se lê:

“Nos termos da legislação em vigor pode ser constituído um fundo financeiro de apoio à reabilitação e à gestão da atividade comercial, cujas receitas deverão ser garantidas pelas taxas e impostos gerados pelas intervenções e empresas locais.”

Deve ler-se:

“Na área de intervenção do Plano, os encargos a assumir pelo Município com vista a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais, bem como a criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos ou áreas de uso público, devem ser suportados com o recurso às receitas do Fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística de Lisboa.”

**Versão final da proposta de
PLANO DE PORMENOR
DE REABILITAÇÃO URBANA DA MADRAGOA**

REGULAMENTO

Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa (PPRUM)

Regulamento

ÍNDICE

Título I - Disposições gerais

- Artigo 1.º - Objeto, natureza jurídica e vinculação
- Artigo 2.º - Âmbito territorial
- Artigo 3.º - Objetivos
- Artigo 4.º - Relação com outros instrumentos de gestão territorial
- Artigo 5.º - Conteúdo documental
- Artigo 6.º - Conceitos
- Artigo 7.º - Gestão urbanística

Título II - Servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública

- Artigo 8.º - Âmbito e regime
- Artigo 9.º - Intervenção da entidade do património cultural competente
- Artigo 10.º - Relatório prévio
- Artigo 11.º - Direito de preferência

Título III - Uso do solo

Capítulo I - Disposições gerais

- Artigo 12.º - Classificação e qualificação do solo

Capítulo II - Proteção de valores e recursos

- Artigo 13.º - Valores e recursos ambientais
- Artigo 14.º - Medidas de redução do ruído
- Artigo 15.º - Valores culturais
- Artigo 16.º - Património edificado, histórico e paisagístico da CMP
- Artigo 17.º - Património azulejar
- Artigo 18.º - Património arqueológico

Capítulo III – Espaço consolidado central e residencial

Secção I – Disposições gerais

Artigo 19.º - Áreas homogéneas

Artigo 20.º - Usos mistos

Artigo 21.º - Estabelecimentos de restauração e bebidas

Artigo 22.º - Espaços exteriores

Secção II – Edificações existentes

Subsecção I – Regras gerais

Artigo 23.º - Princípios

Artigo 24.º - Segurança das edificações

Subsecção II - Regras de intervenção

Artigo 25.º - Âmbito

Artigo 26.º - Fachadas

Artigo 27.º - Coberturas

Artigo 28.º - Sistema estrutural – relatório de avaliação estrutural

Artigo 29.º - Sistema estrutural – regras gerais de intervenção

Artigo 30.º - Sistema estrutural – regras específicas de intervenção

Artigo 31.º - Interiores

Artigo 32.º - Caves

Artigo 33.º - Saguões

Artigo 34.º - Logradouros

Subsecção III - Obras de demolição

Artigo 35.º - Regime

Secção III – Obras de construção

Artigo 36.º - Regime geral

Artigo 37.º - Substituição de edifícios existentes

Artigo 38.º - Obras de reconstrução com preservação de fachadas

Capítulo IV – Espaços consolidados verdes de recreio e produção

Artigo 39.º - Regime

Capítulo V – Espaços consolidados de uso especial de equipamentos

Artigo 40.º - Regime

Capítulo VI – Sistema de mobilidade

Artigo 41.º - Estacionamento

Título IV – Programação e execução do Plano

Artigo 42.º - Âmbito, objetivos e identificação

Artigo 43.º - Fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística de Lisboa

Artigo 44.º - Contratualização

Artigo 45.º - Sistema de incentivos a operações urbanísticas de interesse municipal

Título V – Disposições finais

Artigo 46.º - Legislação específica

Artigo 47.º - Normas supletivas

Artigo 48.º - Norma revogatória

Artigo 49.º - Revisão

Artigo 50.º - Entrada em vigor

Anexos

PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO URBANA DA MADRAGOA

REGULAMENTO

TÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto, natureza jurídica e vinculação

1. O presente regulamento constitui o elemento normativo do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Madragoa, de ora em diante designado por PPRUM, elaborado ao abrigo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), bem como do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) e da Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa (ERUL).
2. O PPRUM estabelece o regime de uso do solo para a respetiva área de intervenção e vincula as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares.
3. O PPRUM inclui as disposições de um plano de salvaguarda com as especificidades constantes no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro e com os efeitos previstos no artigo 69.º deste diploma legal.

Artigo 2.º

Âmbito territorial

A área de intervenção do PPRUM, assinalada na Planta de Implantação – síntese e programação, encontra-se integrada na Área de Reabilitação Urbana de Lisboa (ARU) e é delimitada pelo eixo dos seguintes arruamentos:

- a) A norte, rua da Lapa (números 1 a 115), rua do Quelhas (números 3 a 95), rua das Francesinhas (números 25 a 27);
- b) A sul, rua das Janelas Verdes (números 2 a 90), calçada Ribeiro Santos, largo de Santos (números 1 a 11), largo Vitorino Damásio (números 5 a 10H);
- c) A poente, rua de São Domingos à Lapa (números 2 a 86);
- d) A nascente, avenida D. Carlos I (números 51 a 97).

Artigo 3.º

Objetivos

São objetivos do PPRUM:

- a) Promover a revitalização do conjunto urbano;
- b) Defender a manutenção do uso habitacional e a reabilitação do edificado;
- c) Regular as condições de integração dos usos de habitação, comércio, serviços e equipamentos, tendo em atenção as características dos edifícios;
- d) Salvaguardar o património histórico, arqueológico, arquitetónico, paisagístico e urbanístico;
- e) Desenvolver as restrições e efeitos decorrentes da classificação de bens culturais imóveis e respetivas zonas especiais de proteção;
- f) Definir as condições e regras para a identificação, proteção e integração dos valores históricos e arqueológicos;
- g) Restabelecer a segurança e salubridade do edificado;
- h) Promover a introdução de medidas de incremento da segurança sísmica do edificado;
- i) Estabelecer as regras para a conservação e reabilitação do edificado, considerando a otimização energético-ambiental do mesmo;
- j) Fomentar a requalificação do espaço público e a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade;
- k) Promover a manutenção e incremento de área permeável.

Artigo 4.º

Relação com outros instrumentos de gestão territorial

A área de intervenção do PPRUM encontra-se abrangida pelos seguintes instrumentos de gestão territorial, cujas orientações integra e articula:

- a) Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril;
- b) Plano Diretor Municipal de Lisboa, revisão aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, em 24 de julho de 2012, e publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, de ora em diante designado PDML.

Artigo 5.º

Conteúdo documental

1. O PPRUM é constituído pelos seguintes elementos:

a) Regulamento e Anexos I a VII, que dele fazem parte integrante:

- i)* Anexo I - Limite da área de intervenção do plano;
- ii)* Anexo II – Fichas de alçados de rua;
- iii)* Anexo III – Lista de bens imóveis classificados e em vias de classificação;
- iv)* Anexo IV – Lista de bens imóveis que carecem de emissão de parecer prévio pela entidade do património cultural competente;
- v)* Anexo V – Bens imóveis em que pode ser exercido o direito de preferência pelo Estado;
- vi)* Anexo VI – Lista de bens imóveis da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (CMP);
- vii)* Anexo VII – Lista de bens azulejados que integram o Programa de Investigação e Salvaguarda do Azulejo de Lisboa (PISAL);

b) Planta de implantação, desagregada nas seguintes plantas:

- i)* Planta de síntese e programação;
- ii)* Planta de morfologia urbana;

c) Planta de condicionantes.

2. O PPRUM é acompanhado pelos seguintes elementos:

- a)** Relatório de fundamentação técnica das soluções adotadas e respetivos anexos;
- b)** Programa de execução das ações previstas e respetivo plano de financiamento.

3. O PPRUM é ainda acompanhado, no seu relatório, dos seguintes elementos:

a) Plantas de caracterização:

- 01.01. Enquadramento – estudos e projetos
- 01.02. Situação existente
- 01.03. Compromissos urbanísticos
- 01.04. Ortofotomapa
- 01.05. Esboço de cadastro
- 01.06. Estado de conservação do edificado
- 01.07. Número de pisos acima do solo
- 01.08. Usos do edificado e prédios devolutos
- 01.09. Património edificado, arqueológico e azulejar
- 01.10. Tipologias arquitetónicas e construtivas
- 01.11. Dinâmica urbanística
- 01.12. Equipamentos de utilização coletiva existentes e propostos
- 01.13. Infraestruturas – Saneamento
- 01.14. Infraestruturas – Abastecimento de água
- 01.15. A Infraestruturas – Eletricidade (Alta e média tensão)

- 01.15 B Infraestruturas – Eletricidade (Baixa tensão e iluminação pública)
- 01.16 Infraestruturas – Gás
- 01.17 Infraestruturas – Telecomunicações
- 01.18 Infraestruturas – Carris (Telecomunicações)

b) Plantas de extratos do PDML:

- 02.01. Planta de ordenamento - qualificação do espaço urbano
- 02.02. Planta de ordenamento - estrutura ecológica municipal
- 02.03. Planta de ordenamento - sistema de vistas
- 02.04. Planta de ordenamento - riscos naturais e antrópicos I
- 02.05. Planta de ordenamento - riscos naturais e antrópicos II
- 02.06. Planta de ordenamento - condicionantes de infraestruturas
- 02.07. Planta de ordenamento - acessibilidades e transportes
- 02.08. Planta de condicionantes - servidões administrativas e restrições de utilidade pública I
- 02.09. Planta de condicionantes - servidões administrativas e restrições de utilidade pública II

c) Estudos do património arquitetónico, arqueológico e azulejar;

d) Caracterização acústica e mapas de ruído;

e) Caracterização geológica, geotécnica e hidrogeológica;

f) Estudo da vulnerabilidade sísmica e de outras vulnerabilidades;

g) Relatório dos compromissos urbanísticos;

h) Indicadores de monitorização;

i) Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação.

Artigo 6.º

Conceitos

Para efeitos do presente regulamento são adotados os conceitos definidos no PDML, na demais legislação e regulamentos aplicáveis, designadamente o decreto regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio, e, ainda, os seguintes:

- a) «Comércio»** compreende os locais abertos ao público, destinados à venda a retalho, prestação de serviços pessoais, excluindo os estabelecimentos de bebidas e os estabelecimentos de restauração;
- b) «Estabelecimentos de bebidas»** compreendem os estabelecimentos destinados a prestar, mediante remuneração, serviços de bebidas e cafetaria no próprio estabelecimento ou fora dele;
- c) «Estabelecimentos de restauração»** compreendem os estabelecimentos destinados a prestar, mediante remuneração, serviços de alimentação e de bebidas no próprio estabelecimento ou fora dele, incluindo outros locais de prestação daqueles serviços através de atividade de catering e a oferta de serviços de

banquetes ou outras, desde que habitualmente efetuados, entendendo-se como tal a execução de pelo menos 10 eventos anuais;

- d) «Elementos estruturais» compreendem todos os elementos que desempenham funções de transmissão de cargas, independentemente dos sistemas adotados e, em sistemas construtivos de superfície ativa, vetor ativo, massa ativa ou mistos, são também considerados elementos estruturais as abóbadas em caves ou em pisos de elevação, as paredes de frontal interiores ou exteriores incluindo arcos de ressalva, archetes e cornijas, tirantes, e ainda todos os elementos que, devido a alterações introduzidas no edificado, estejam a exercer funções resistentes.

Artigo 7.º

Gestão urbanística

1. As operações urbanísticas devem privilegiar:
 - a) A conservação e manutenção do edificado existente;
 - b) As alterações pontuais que não desvirtuem o executado ou os objetivos do PPRUM;
 - c) As alterações do uso que não requeiram obras relevantes.
2. Para definição dos condicionamentos à edificabilidade deve ser considerado o Anexo II - Fichas de alçados de rua, que tem carácter indicativo e, por finalidade, registar as características arquitetónicas dos edifícios e dos quarteirões e objetivar as alterações admissíveis em fachadas e coberturas, sem prejuízo de outras que cumpram o disposto no presente regulamento.
3. Quando as operações urbanísticas tenham por objeto bens imóveis que integrem a Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico, de ora em diante designada abreviadamente CMP, para além do disposto no número anterior, devem ser sempre consideradas as indicações das Fichas Técnicas de Caracterização, nos termos definidos no artigo 16.º, assim como as demais normas previstas no presente regulamento.

TÍTULO II

Servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública

Artigo 8.º

Âmbito e regime

1. As servidões administrativas e restrições de utilidade pública estão assinaladas na Planta de condicionantes e são as seguintes:
 - a) Imóveis, conjuntos e sítios classificados e em vias de classificação e respetivas zonas de proteção e zonas especiais de proteção;
 - b) Área de proteção a fitomonumento;
 - c) Instalação militar.
2. As servidões administrativas e restrições de utilidade pública identificadas no número anterior regem-se pela legislação específica aplicável, cumulativamente com as disposições do PPRUM que com elas sejam compatíveis, aplicando-se as mais restritivas.

Artigo 9.º

Intervenção da entidade do património cultural competente

1. São identificados no Anexo IV ao presente regulamento os bens imóveis classificados ou em vias de classificação como de interesse nacional ou de interesse público e os imóveis situados nas respetivas zonas de proteção e na zona especial de proteção, relativamente aos quais as operações urbanísticas carecem de emissão de parecer prévio favorável, por parte do órgão competente da administração central, de acordo com o n.º 3 do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, e sem prejuízo do n.º 3 do artigo 45.º do RJRU.
2. Para além dos imóveis referidos no n.º 1, são ainda sujeitas a parecer prévio da mesma entidade:
 - a) As eventuais substituições, por demolição integral, de imóveis onde esta intervenção não esteja identificada no Anexo II, nos termos das alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 35.º;
 - b) Outras operações urbanísticas que traduzam alteração da imagem urbana da zona especial de proteção em vigor, designadamente intervenções no espaço público, publicidade, toldos ou mobiliário urbano.

Artigo 10.º

Relatório prévio

1. O pedido de informação prévia e de licença e a consulta prévia relativos a obras de reconstrução, ampliação, alteração e conservação de bens imóveis classificados, ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, incluem obrigatoriamente um relatório prévio elaborado nos termos dos artigos 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.
2. Sempre que as obras previstas nos números anteriores possam ocasionar danos nas estruturas do edificado envolvente, o relatório prévio deve estender-se a essas áreas e o projeto deve determinar as medidas de minimização de impactos a efetuar.
3. A entidade do património cultural competente, ou o município quando se trate de imóvel de interesse municipal, por iniciativa própria ou mediante requerimento fundamentado de qualquer interessado pode, excecionalmente, dispensar o relatório prévio e proceder a vistoria prévia, quando as obras ou intervenções revelem carácter urgente em função do risco de destruição, perda ou deterioração iminente do bem classificado ou em vias de classificação.
4. A Câmara Municipal pode colaborar com a entidade do património cultural competente na vistoria mencionada no número anterior.
5. Pode ser necessária a apresentação de um relatório intercalar, nas situações previstas no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.
6. É obrigatória a apresentação de um relatório final, nos termos dos artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho.

Artigo 11.º

Direito de preferência

O Anexo V assinala os bens imóveis ou grupos de bens imóveis que podem suscitar o exercício do direito de preferência pelo Estado em caso de venda ou dação em pagamento nos termos previstos no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro e na alínea o) do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, e que correspondem à totalidade dos prédios abrangidos pela área de intervenção definida no artigo 2.º do presente regulamento.

TÍTULO III

Uso do solo

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 12.º

Classificação e qualificação do solo

1. A área de intervenção do PPRUM encontra-se integrada em solo urbano e, no que respeita à qualificação operativa e funcional, abrange as seguintes três categorias de espaços consolidados, tal como são definidas no PDML:
 - a) Espaços centrais e residenciais - Traçado urbano A;
 - b) Espaços verdes de recreio e produção;
 - c) Espaços de uso especial de equipamentos.
2. Para as diferentes categorias do solo, é estabelecido um conjunto de normas que regem as operações urbanísticas admitidas para cada edifício ou parcela, mas devem ser considerados, cumulativamente, os diferentes regimes que lhe são aplicáveis, nomeadamente as normas de proteção de valores e recursos, ambientais e culturais, prevalecendo o regime mais restritivo, para efeitos de definição dos condicionamentos à edificabilidade.

Capítulo II

Proteção de valores e recursos

Artigo 13.º

Valores e recursos ambientais

1. A proteção dos valores e recursos ambientais, nomeadamente relativos à estrutura ecológica municipal e outras componentes ambientais urbanas, bem como às áreas sujeitas a riscos naturais e antrópicos, obedece ao regime previsto no PDML, salvo as especificidades expressas previstas no presente plano.
2. As operações urbanísticas devem ter em conta os novos desafios da eficiência energético ambiental ao nível dos edifícios e o aproveitamento local de recursos, designadamente integrando tecnologias de aproveitamento de energias renováveis no meio urbano, como o aproveitamento do potencial geotérmico próximo, verificada a respetiva viabilidade.

Artigo 14.º

Medidas de redução do ruído

De acordo com o PDML e com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, a área de intervenção do PPRUM é classificada como Zona Mista.

Artigo 15.º

Valores culturais

A estrutura patrimonial municipal, na área de intervenção do PPRUM, inclui os seguintes bens:

- a) Património edificado e paisagístico da CMP;
- b) Património azulejar;
- c) Património arqueológico.

Artigo 16.º

Património edificado, histórico e paisagístico da CMP

1. Na área de intervenção do PPRUM, integram a CMP os bens imóveis de interesse nacional, de interesse público e de interesse municipal, classificados ou em vias de classificação como tal e outros bens culturais imóveis que revestem especial interesse arquitetónico, histórico e paisagístico, identificados no Anexo VI – Lista de bens imóveis da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico, que faz parte integrante do presente regulamento, e que se encontram assinalados na Planta de implantação - síntese e programação.
2. As operações urbanísticas sobre os bens classificados ou em vias de classificação como de interesse municipal carecem do relatório prévio nos termos do artigo 10.º do presente regulamento e as operações urbanísticas sobre os restantes bens culturais imóveis constantes da CMP, que não são classificados nem se encontram em vias de classificação, carecem de estudo de caracterização previsto no PDML.
3. As operações urbanísticas a que se refere o número anterior estão ainda sujeitas, nos termos do PDML, a vistoria e a parecer patrimonial que determinará os graus de intervenção e os valores a salvaguardar e a registar nas respetivas Fichas Técnicas de Caracterização dos edifícios.
4. O estudo de caracterização referido no n.º 2 do presente artigo pode ser dispensado quando, em função da extensão e características de intervenção pouco significativas, a Câmara Municipal considere que este não se justifica.
5. Nas Fichas Técnicas de Caracterização a que se refere o n.º 3 do presente artigo, é definido, para cada um dos bens, um de três graus de intervenção, correspondente a uma indicação orientadora do seu valor relativo e das normas a observar em operações urbanísticas:

a) Grau 1: Valor patrimonial elevado

Bens classificados e em vias de classificação, nos quais a intervenção está condicionada ao parecer da entidade do património cultural competente;

b) Grau 2: Valor patrimonial relevante

Bens de valor arquitetónico e histórico-cultural e artístico, representativos de uma época ou corrente estilística, com elevada integridade e coerência, e os distinguidos com prémios municipais de arquitetura e engenharia, nos quais a intervenção deve visar a reabilitação do edifício, admitindo-se a alteração ou ampliação desde que garantida a salvaguarda e valorização da arquitetura e dos seus atributos espaciais e decorativos, nomeadamente dos seus interiores;

c) Grau 3: Valor patrimonial de referência

Bens de qualidade arquitetónica e ambiental, que representam factos urbanos reconhecidos na história local e que contribuem para a memória e identidade do lugar, nos quais a intervenção deve visar a reabilitação do edifício, admitindo-se a alteração ou ampliação, com valorização das características arquitetónicas.

6. As intervenções sobre os bens da CMP com logradouros identificados devem respeitar os seguintes princípios:

a) Promover a qualificação paisagística destes espaços exteriores e valorizar a unidade do conjunto, mantendo as características espaciais e ambientais que estabelecem na relação com os edifícios de que são complemento inseparável;

b) Ser objeto de projeto de espaços exteriores elaborado por técnico habilitado, que salguarde os valores e o carácter da vegetação, do relevo e da circulação da água, preservando os exemplares arbóreos singularmente notáveis, e inclua um estudo de caracterização com o levantamento das preexistências inertes e vegetais, e a avaliação dos valores atuais e do passado, justificando a adequação das soluções propostas.

Artigo 17.º

Património azulejar

1. A remoção de azulejos de fachada de qualquer edificação ou de outra estrutura construída (como viadutos, muros, bancos, painéis, etc.) é interdita e só pode ocorrer, excecionalmente, em casos devidamente justificados, em razão da ausência ou diminuto valor patrimonial relevante dos azulejos nos termos dos números seguintes.

2. O Anexo VII – Lista de bens azulejados que integram o Programa de Investigação e Salvaguarda dos Azulejos de Lisboa (PISAL) constitui a Carta de Salvaguarda da área do PPRUM e identifica os níveis de salvaguarda que fazem parte integrante do presente regulamento e que se encontram assinalados na Planta de implantação – síntese e programação.
3. Os níveis de salvaguarda a que se refere o número anterior resultaram da avaliação e caracterização dos bens azulejados, em função do respetivo valor patrimonial e identificam a intervenção admitida, nos seguintes termos:

a) Nível 1 – Salvaguarda Máxima

Bens azulejados de valor histórico-cultural e/ou estético/social e/ou técnico/científico cuja especificidade inequívoca, de carácter excecional, impõe a preservação integral, devendo ser adotadas ações de conservação e manutenção *in situ*, com as características que lhes são inerentes, sem prejuízo de, em situações limite, se admitir a sua remoção temporária para intervenção laboratorial de conservação e restauro e posterior recolocação, sendo o processo gerido e acompanhado pelo Banco Municipal do Azulejo ou o serviço com essa competência.

b) Nível 2 – Salvaguarda Média

Bens azulejados de valor histórico-cultural e/ou estético/social e/ou técnico/científico cuja preservação *in situ* é determinante para a manutenção da memória e contribui para garantir a imagem urbana, apesar de não se revestirem de carácter excecional, privilegiando-se as ações de conservação e manutenção com as características que lhes são inerentes, admitindo-se a sua remoção temporária para conservação e restauro, com posterior recolocação, sendo o processo gerido e acompanhado pelo Banco Municipal do Azulejo ou o serviço com essa competência.

c) Nível 3 – Salvaguarda Mínima

Bens azulejados a preservar pela conservação *in situ* ou pela recolha, sendo obrigatória, neste último caso, a integração no Banco Municipal do Azulejo ou o serviço com essa competência.

Artigo 18.º

Património arqueológico

1. A área de intervenção do PPRUM é considerada área de nível arqueológico II - área de potencial valor arqueológico elevado.
2. Os projetos de operações urbanísticas que impliquem qualquer impacto ao nível do subsolo são acompanhados de plano de trabalhos arqueológicos, realizado por técnico especializado e aprovado pelo órgão competente da administração central, que discrimine os locais que deverão ser sujeitos a trabalhos

arqueológicos prévios, inclua todos os elementos descritivos e cartográficos que identifiquem áreas ou elementos de interesse histórico-arqueológicos e descreva e fundamente as ações e medidas a adotar para assegurar a identificação, preservação e ou registo dos potenciais valores arqueológicos, nomeadamente identificando os trabalhos de arqueologia a realizar previamente ou em simultâneo com a execução da operação urbanística.

3. As obras no espaço público de abertura de valas para passagem de redes de energia elétrica, gás, comunicações, águas, esgotos, drenagem de águas pluviais, ou outras, devem prever as seguintes medidas de salvaguarda arqueológica:
 - a) Acompanhamento arqueológico, de forma presencial e contínua, por técnico especializado, sempre que se trate da reabertura de valas relacionadas com infraestruturas cadastradas;
 - b) Realização de escavações prévias por técnico especializado, sempre que se trate da abertura de valas novas ou não cadastradas.
4. No caso de incumprimento do disposto nos números anteriores, os órgãos municipais competentes podem determinar a suspensão das obras que comprometam irremediavelmente vestígios ou achados arqueológicos, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades da administração do património cultural.
5. Todo o espólio arqueológico exumado é entregue nos acervos museológicos municipais, salvo outra indicação da entidade do património cultural competente, nos termos da legislação em vigor.

Capítulo III

Espaço consolidado central e residencial

Secção I

Disposições gerais

Artigo 19.º

Áreas homogéneas

1. Na área do PPRUM, são definidas quatro áreas homogéneas, identificadas em razão da sua morfotipologia e génese e delimitadas na Planta de implantação – morfologia urbana:
 - a) O conjunto histórico do Mocambo (C1);
 - b) O conjunto histórico das Trinas (C2);

- c) O conjunto histórico de Santos (C3);
 - d) O quarteirão dos Marianos (Q1).
2. No conjunto histórico do Mocambo, referido na alínea a) do n.º 1 do presente artigo, são admitidas obras de conservação e de alteração com manutenção da fachada, para permitir a reabilitação e requalificação funcional e estrutural dos edifícios e, ainda, excecionalmente, as obras de ampliação, demolição, construção e reconstrução, nos termos e condições do presente regulamento, nomeadamente do estabelecido no Anexo II ao Regulamento.
 3. Nos conjuntos históricos das Trinas e de Santos e no quarteirão dos Marianos, referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do presente artigo, são admitidas obras de conservação e obras de alteração necessárias à reabilitação estrutural e funcional dos edifícios e, ainda, as obras de ampliação, demolição, construção e reconstrução, nos termos do presente regulamento.
 4. Em qualquer destas áreas homogéneas, as operações de loteamento estão sujeitas às regras do PDML, relativas a operações de loteamento localizadas nos Traçados urbanos A dos Espaços consolidados.

Artigo 20.º

Usos mistos

1. Em todo o Espaço consolidado central e residencial da área do PPRUM, é permitido o uso habitacional, admitindo-se ainda nos pisos térreos, sobrelojas e caves dos edifícios, desde que possuam acesso direto e independente à via pública os seguintes usos:
 - a) Turístico;
 - b) Comércio;
 - c) Serviços;
 - d) Indústria compatível;
 - e) Micrologística;
 - f) Equipamentos de utilização coletiva;
 - g) Estabelecimentos de restauração e bebidas.
2. Os usos referidos nas alíneas a) a f) do número anterior deverão cumprir as condições expressas nos números seguintes e o uso referido na alínea g) do número anterior deverá ainda cumprir as condições expressas no artigo 21.º do presente regulamento.
3. Na Planta de implantação – síntese e programação, são identificados os imóveis onde é programado o uso de equipamento de utilização coletiva, em parte ou na totalidade do imóvel.

4. No conjunto histórico do Mocambo (C1) admite-se, em edifícios cuja área útil seja superior a 1000 m², além do uso habitacional, a total afetação ao uso turístico, de serviços ou equipamento de utilização coletiva, bem como para área de estacionamento público.
5. Nos conjuntos históricos das Trinas (C2) e de Santos (C3) é permitida a total afetação dos edifícios a um único uso, nomeadamente, habitação, uso turístico, serviços ou uso de equipamento, bem como para área de estacionamento público.
6. No quarteirão dos Marianos (Q1), além do uso habitacional, é permitida a afetação dos edifícios a uso turístico, comércio, serviços ou equipamento de utilização coletiva, bem como para área de estacionamento público.
7. Nos pisos elevados acima do piso térreo dos edifícios situados nos eixos comerciais identificados na planta de implantação – síntese e programação, é permitido, além do uso habitacional, o uso de serviços, desde que garantido o acesso direto e independente à via pública.
8. Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, a micrologística, que inclui a atividade de armazenagem, só é permitida desde que acauteladas todas as questões de segurança e os respetivos impactes ambientais, por forma a salvaguardar a sua compatibilidade com o uso habitacional e nas seguintes situações:
 - a) Nos pisos térreos, quando não existam outros vãos para além do vão de acesso;
 - b) Em caves existentes, com acesso independente e direto à via pública.

Artigo 21.º

Estabelecimentos de restauração e bebidas

1. Na área de intervenção do PPRUM, não é permitido o novo uso ou a mudança de uso para estabelecimentos de bebidas, secções acessórias com o mesmo fim, nem para recintos de diversão ou destinados a espetáculos de natureza não artística, sem prejuízo do previsto nos números seguintes.
2. Excetuam-se do número anterior os estabelecimentos com a atividade correspondente a cafés e pastelarias ou similares, segundo a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE).
3. Em toda a área do PPRUM, é permitido o uso correspondente a novos estabelecimentos de restauração, assim como são admitidas as casas de fado, não sendo permitidos estabelecimentos com espaços de dança.
4. As mudanças do uso para estabelecimentos de bebidas ou restauração, autorizados nos termos dos números anteriores, são submetidas a prévio parecer não vinculativo da junta de freguesia competente, emitido após auscultação, pela mesma junta de freguesia, da população local.

Artigo 22.º

Espaços exteriores

1. Os espaços exteriores incluem os espaços urbanos e verdes de utilização coletiva e os arruamentos.
2. A intervenção no espaço exterior tem por objetivo reforçar a imagem histórico-patrimonial, promover a sustentabilidade ambiental, fomentar a mobilidade suave e inclusiva, requalificar o mobiliário urbano, a sinalética e a ocupação de via pública.
3. A intervenção no espaço exterior deve ser objeto de projeto de execução específico, abrangendo a área do PPRUM, total ou parcialmente.
4. Os exemplares vegetais existentes, que pelo seu porte ou raridade constituam elementos naturais com valor patrimonial ou ambiental, devem ser mantidos no local.
5. A intervenção no espaço exterior deve privilegiar a manutenção e o incremento dos elementos arbóreos, em caldeira ou em canteiro, promover o aumento da área permeável e valorizar os enfiamentos visuais, nomeadamente das ruas perpendiculares ao rio, salvaguardando estas panorâmicas de possíveis obstruções por elementos construídos, material vegetal ou mobiliário urbano.
6. As intervenções nos espaços exteriores devem ainda, sem prejuízo das prioridades estabelecidas nos números anteriores, procurar mitigar a carência de estacionamento público para residentes.

Secção II

Edificações existentes

Subsecção I

Regras gerais

Artigo 23.º

Princípios

1. As propostas de intervenção para edifícios existentes devem incluir, sem prejuízo de outras exigências que venham a ser determinadas por imposição legal, a Ficha de Inspeção Técnica de Edifício (ITE) prevista na Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011/2024.
2. Nas intervenções no edificado deve prever-se:

- a) A otimização do desempenho energético e acústico do edificado, o reforço estrutural para atenuar o risco sísmico e a melhoria das acessibilidades;
- b) A garantia da preservação dos elementos arquitetónicos e patrimoniais, evitando-se a sua substituição, potenciando e reforçando a imagem singular desta área histórica;
- c) A aplicação de rebocos em paramentos deve deixar saliente do plano do reboco todos os elementos de composição das fachadas, nomeadamente cantarias, cunhais, molduras e lápides, não sendo admitido o seu recobrimento;
- d) Na manutenção das guarnições dos vãos, quando sejam necessárias para salvaguarda da imagem e características arquitetónicas dominantes do edifício pré-existente e da sua envolvente urbana, devem ser utilizados caixilhos que respeitem as folhas, a bandeira e os pinázios originais, ainda que possa ser admitido o recurso a diferentes materiais que contribuam para o desempenho energético do edifício, quando dessa utilização não resultar prejuízo para aquela imagem, o que deve merecer especial fundamentação quando se trate de portas de entrada dos edifícios e dos vãos de pisos térreos de frações não habitacionais.

Artigo 24.º

Segurança das edificações

1. Na elaboração dos projetos devem ser observadas as prescrições e os requisitos destinados às condições de segurança e acessibilidades, constantes no Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios.
2. Relativamente à prevenção e redução da vulnerabilidade sísmica, devem ser observadas as relações entre as novas construções e a envolvente, nomeadamente no uso de materiais com comportamentos sísmicos distintos, bem como consideradas as diferenças de volumetria, por serem fatores suscetíveis de aumentar a vulnerabilidade sísmica do conjunto edificado.

Subsecção II

Regras de intervenção

Artigo 25.º

Âmbito

Com o propósito de restabelecer o desenho, carácter e integridade dos edifícios, são definidas, nos artigos seguintes, regras de intervenção para as seguintes componentes:

- a) Fachadas;
- b) Coberturas;
- c) Sistema estrutural;
- d) Interiores;
- e) Caves;
- f) Saguões;
- g) Logradouros.

Artigo 26.º

Fachadas

1. São autorizadas obras de conservação e beneficiação de fachadas, com valorização dos elementos de revestimento originais, nomeadamente cunhais, pilastras, frisos, cornijas, socos e molduras, bem como daqueles que, não sendo originais, constituem elementos com reconhecido valor histórico e artístico.
2. As obras de conservação e beneficiação de fachadas incluem o restauro de elementos degradados e reposição de elementos alterados ou destruídos.
3. As obras de alteração de fachadas devem:
 - a) Melhorar o desempenho estrutural do edifício, através da introdução de elementos resistentes, entre outros, para garantir a segurança sísmica do edifício;
 - b) Melhorar o desempenho energético e acústico com a substituição de revestimentos ou guarnições de vãos, quando não resulte prejuízo para a imagem e valor patrimonial do edifício e envolvente;
 - c) Repor métricas, ritmos, materiais e características originais dos edifícios, ou modificar a altura da fachada, em conformidade com o definido no Anexo II – Fichas de alçados de rua;
 - d) Remover revestimentos desadequados e sem valor cultural, bem como elementos dissonantes, entre outros: gradeamentos, caixas de estores e unidades de ar condicionado;
 - e) Adaptar o piso térreo a novos usos.
4. O projeto que implique alterações das fachadas tem de contribuir para a valorização do edifício e frente de rua onde se insere e deve seguir os critérios indicados no Anexo II – Fichas de alçados de rua, nos termos previstos no artigo 7.º.
5. As obras em fachadas devem, ainda, observar os seguintes princípios:
 - a) Em edifícios de tipologia pré-pombalina, respeitar a tipologia dos vãos existentes e reduzir ao mínimo a alteração do seu dimensionamento ou disposição, na estrita medida do que seja necessário para a melhoria das condições de uso e de habitabilidade;

- b) Em edifícios de tipologia pombalina, manter ou recuperar o desenho, materiais, ritmo e dimensão dos vãos originais, limitando eventuais alterações à necessidade de adaptação a novo uso;
 - c) Em edifícios de tipologia pós-pombalina, manter ou recuperar o desenho, ritmo e dimensão dos vãos, guardas de varandas e elementos decorativos em ferro, azulejo ou cantaria.
6. Sempre que a fachada seja objeto de intervenção, no âmbito de obra de conservação ou de alteração, todas as cablagens existentes em fachada contígua à via ou espaço público devem ser ocultas.
7. Não é permitida a instalação de equipamentos de ar condicionado ou outros, salientes em relação ao plano da fachada, salvo a localização de aparelhos de ar condicionado ocultos em consolas de varanda ou em elementos da construção especialmente destinados para o efeito através do respetivo projeto de arquitetura.
8. Os sistemas de exaustão de fumos e ventilação só podem utilizar condutas situadas no interior do edifício ou na respetiva fachada tardoz, quando corresponda a um interior de quarteirão.
9. Não é permitida a instalação de antenas ou outros elementos afins em varandas, beirados, platibandas ou cornijas.

Artigo 27.º

Coberturas

1. São autorizadas obras de conservação, beneficiação e reconstrução das coberturas que não alterem a sua geometria, forma e materiais exteriores e, ainda, obras de alteração de coberturas que tenham os seguintes objetivos:
- a) Corrigir anomalias, nomeadamente da estrutura resistente e do sistema de escoamento de águas;
 - b) Retirar elementos, instalações, materiais ou acabamentos dissonantes relativamente às características do edifício;
 - c) Melhorar ou dotar o piso das águas furtadas de condições de habitabilidade;
 - d) Realizar obra de alteração da altura de fachada, autorizada nos termos do presente regulamento;
 - e) Melhorar o seu funcionamento, estanquicidade e desempenho estrutural, energético e acústico, bem como o reforço da coerência da tipologia arquitetónica dos edifícios onde se inserem, tendo presente a sua visibilidade dos pontos altos da envolvente alargada.
2. As intervenções em coberturas, quando admitidas ao abrigo do número anterior, obedecem às seguintes regras:
- a) A geometria da cobertura tem de respeitar as características do edifício articulando-se formalmente com as dos imóveis confinantes;
 - b) A estrutura resistente terá de ser executada nos termos dos artigos 28.º a 30.º;

- c) Serem preservados os elementos decorativos existentes, com valor artístico, nomeadamente platibandas, acrotérios, balaustres, estatuetas, pinhas, jarrões e cantarias lavradas;
 - d) É admitido o aproveitamento do sótão para fins habitacionais ou arrecadações, desde que não sejam alteradas as características essenciais e a configuração geral da cobertura, seja previsto e executado isolamento térmico ou, nas situações previstas no n.º 3 do presente artigo, a solução adotada seja compatível com a geometria da cobertura onde se insere;
 - e) São admitidos terraços pontuais em parte das coberturas, desde que não sejam visíveis ao nível do arruamento, não contendam com os ângulos de visão dos pontos dominantes identificados no sistema de vistas definido no PDML nem configurem situação de co-visibilidade com bem imóvel classificado;
 - f) Em coberturas inclinadas o material de revestimento será a telha de barro vermelha, de modelo adequado às características do edifício;
 - g) As eventuais fenestrações na cobertura, sob a forma de vão complanar à água do telhado, não devem ocupar mais de 10% da sua superfície medida em planta, e a sua inclusão não deve interferir com o funcionamento da estrutura de suporte da cobertura existente e com a composição geral das coberturas dos edifícios confinantes;
 - h) Nas alterações devem utilizar-se, predominantemente, soluções estruturais compatíveis com o sistema estrutural do edifício/quarteirão.
3. Para os efeitos do previsto na alínea d) do n.º 2 do presente artigo, nas obras em coberturas, permite-se a alteração da geometria da cobertura, nas seguintes condições:
- a) É admitida a introdução de trapeiras ou mansardas, consoante a tipologia do edifício;
 - b) É admitida a adoção de outras soluções de desenho em edifícios de tipologia moderna;
4. A instalação de equipamentos para aproveitamento de energia solar, térmica ou fotovoltaica realiza-se de acordo com a Carta de Potencial Solar do concelho de Lisboa e com os seguintes princípios:
- a) A solução tecnológica de aproveitamento de energias renováveis deve ser integrada no projeto de arquitetura;
 - b) A integração de painéis solares na cobertura tem de ser complanar com as águas dos telhados, não devendo a sua inclusão interferir com o funcionamento da estrutura de suporte da cobertura existente, nem com a composição geral da cobertura dos edifícios confinantes;
 - c) Não é autorizada a colocação de painéis em coberturas de imóveis individualmente classificados, em vias de classificação e da CMP, a não ser em situações pontuais, sem visibilidade dos principais pontos de apreciação da obra arquitetónica;

- d) A colocação de painéis solares em coberturas em telhado de outros edifícios em situação de co-visibility com imóveis classificados deverá assegurar a prevalência da leitura do revestimento das mesmas;
- e) Respeitar, em toda a área do PPRUM, as normas referentes a obras em coberturas.

Artigo 28.º

Sistema estrutural - relatório de avaliação estrutural

1. Sempre que, em razão das características da obra projetada, se verifique a necessidade de intervenção em elementos estruturais, deve ser apresentado relatório de avaliação estrutural, subscrito por técnico com habilitação legal para o efeito, o qual procede à análise prévia do sistema estrutural do edifício, analisa os elementos que interessam à obra projetada, nomeadamente, as fundações, as paredes principais de alvenaria, as paredes de frontal, os pavimentos e a cobertura, e propõe a qualificação do estado de conservação do sistema estrutural existente como de Bom, Razoável ou Deficiente, para os efeitos previstos no artigo 30.º do presente regulamento.
2. A qualificação a que se refere o número anterior segue os seguintes critérios de diferenciação relativamente aos edifícios com sistema estrutural tradicional anterior ao emprego do betão armado:
 - a) A qualificação de Bom é aplicável aos edifícios com elementos estruturais, pré-pombalinos, pombalinos, pós-pombalinos, ou outros que assumiram ao longo do tempo pequenas alterações determinadas pela evolução das funções, materiais e técnicas, sem prejuízo fundamental da sua coerência original e do seu desempenho;
 - b) A qualificação de Razoável é aplicável aos edifícios com elementos estruturais, pré-pombalinos, pombalinos, pós-pombalinos, ou outros com patologias que resultam, quer da ação dos agentes naturais de deterioração, quer de alterações aos modelos originais, nomeadamente por aumento de pisos, remoção de paredes interiores resistentes, supressão de pilares nos pisos térreos e corte de diagonais de gaiola;
 - c) A qualificação de Deficiente é aplicável aos edifícios com elementos estruturais, pré-pombalinos, pombalinos, pós-pombalinos, ou outros profundamente alterados pela ação de patologias, inclusão de estruturas diversas e não colaborantes, atingindo-se uma situação de perda irreversível do desempenho estrutural, podendo ou não apresentar perigo iminente de colapso.
3. Os relatórios de avaliação estrutural relativos a edifícios com sistema estrutural maioritariamente executado em betão armado aplicam o disposto no número anterior, com as devidas adaptações.

4. O relatório pode restringir-se às áreas afetadas pela proposta de intervenção, quando esta não abranger a totalidade do edifício.
5. A Câmara Municipal pode realizar vistorias técnicas, ou autorizar técnicos habilitados para o efeito a realizá-las, no sentido de verificar a avaliação do sistema estrutural proposta, sem prejuízo da intervenção da entidade do património cultural competente no âmbito da Lei do Património Cultural.

Artigo 29º

Sistema estrutural - regras gerais de intervenção

1. As intervenções em elementos estruturais cumprem as especificações legais de segurança em estruturas de edifícios, recorrendo a soluções de engenharia e arquitetura, respeitando a autenticidade e conceito originais, passíveis de otimizar o comportamento dos edifícios face à ocorrência sísmica e minimizar os danos humanos e materiais.
2. As obras de conservação e manutenção de edifícios de construção anterior à vigência de regulamentação antissísmica em edifícios, mais vulneráveis à ação sísmica, devem ser aproveitadas, se possível, para aplicar soluções de reforço estrutural adequadas à melhoria do desempenho sísmico desses edifícios.
3. As escavações a desenvolver na vizinhança de edifícios existentes, em cotas inferiores às das fundações destes, são precedidas de projeto específico de contenção, de forma a não reduzir a capacidade de resistência das mencionadas fundações.
4. A construção de fundações em zonas de escoamento significativo de águas subterrâneas é precedida de estudos de caracterização da situação e avaliação do impacto das referidas obras sobre o regime de escoamento existente (nível freático, caudais, velocidades), sobre as infraestruturas subterrâneas presentes e sobre as fundações dos edifícios.
5. As soluções construtivas a empregar não podem condicionar a estabilidade das estruturas contíguas, nomeadamente no que se refere a fundações e a comportamento sísmico, nem alterar as condições do terreno existente.
6. Não é autorizada a introdução de materiais, sistemas ou elementos estruturais que possam influir direta ou indiretamente, por incompatibilidade química ou física, no envelhecimento precoce das estruturas existentes ou que transmitam solicitações não compatíveis com a sua forma e natureza, ou ainda que provoquem descontinuidades de propagação de ondas sísmicas na sua envolvente construída.
7. A ligação entre frações ou edifícios distintos só é autorizada quando o projeto garanta o adequado desempenho estrutural do edifício ou conjunto de edifícios afetados pela alteração.

Artigo 30.º

Sistema estrutural - regras específicas de intervenção

1. Aos edifícios cujo estado de conservação do sistema estrutural tenha sido qualificado como Bom nos termos do artigo 28.º do presente regulamento aplicam-se as seguintes regras de intervenção:
 - a) As soluções estruturais originais são mantidas, executando-se as ações de reforço, consolidação e alteração necessárias ao bom desempenho da estrutura;
 - b) Os elementos estruturais degradados são recuperados, com materiais e técnicas compatíveis, e repostos na sua posição primitiva, a não ser que fique comprovada a inviabilidade técnica da ação;
 - c) Quando justificável, em resultado de alteração arquitetónica motivada pela necessidade de melhoria funcional, designadamente para a introdução de acessos verticais mecânicos, poderá ser excecionalmente autorizada a introdução de outros elementos estruturais, desde que devidamente comprovada a sua compatibilização com o sistema estrutural existente;
 - d) Em casos excecionais, quando se mostre impossível a recuperação de alguns elementos estruturais degradados, os elementos novos de substituição devem garantir um bom desempenho estrutural do edifício, nomeadamente a absorção de ondas sísmicas.
2. Aos edifícios cujo estado de conservação do sistema estrutural tenha sido qualificado como Razoável nos termos do artigo 28.º do presente regulamento aplicam-se os seguintes critérios de intervenção:
 - a) As obras de promoção da melhoria do desempenho estrutural do edifício respeitam as partes ainda originais e estruturalmente funcionais do edifício;
 - b) As novas soluções estruturais podem, quando inevitável, prever a demolição de elementos originais irrecuperáveis ou estruturalmente incoerentes;
 - c) Os novos elementos estruturais têm de garantir um bom desempenho estrutural, sem fragilização das preexistências e assegurando a compatibilidade com estas;
 - d) Os novos elementos estruturais têm de ser semelhantes aos existentes, quanto à forma e materialidade.
3. Em edifícios cujo estado de conservação do sistema estrutural tenha sido qualificado como Deficiente, nos termos do artigo 28.º do presente regulamento, as novas soluções estruturais podem prever a demolição total ou parcial dos elementos irrecuperáveis ou estruturalmente incoerentes e a sua substituição por elementos estruturais compatíveis com as estruturas remanescentes.
4. Aos edifícios com estrutura interior executada maioritariamente em betão armado aplicam-se as disposições constantes dos números anteriores do presente artigo, com as devidas adaptações, podendo aceitar-se demolições parciais ou totais motivadas por alterações funcionais.

Artigo 31.º

Interiores

1. As intervenções no interior do edificado devem cumprir os seguintes critérios:
 - a) Garantir a estabilidade do edifício e a compatibilização das soluções estruturais;
 - b) Conservar as características tipológicas, quando apresentem interesse arquitetónico relevante e o seu estado de conservação o permita;
 - c) Preservar os elementos arquitetónicos e decorativos com interesse artístico;
 - d) Caso a natureza das obras de alteração arquitetónica a realizar exija a remoção e posterior reposição de elementos decorativos, deve ser apresentada adequada garantia técnica de execução por empresas da especialidade;
 - e) As redes e instalações técnicas devem respeitar a integridade dos elementos estruturais, circulando preferencialmente à face, dentro de ductos.
2. As obras de alteração no interior, para melhoria de condições funcionais e de habitabilidade, darão lugar à aplicação dos subcritérios de valoração da salvaguarda e valorização do património edificado definidos no ponto 10.2., alíneas c) e d) do Anexo II – Operações de reabilitação, do regulamento complementar do PDML, que aprovou o sistema de incentivos a operações urbanísticas de interesse municipal, se forem preservados os elementos caracterizadores da respetiva tipologia, nomeadamente:
 - a) Em edifícios de tipologia pré-pombalina, a escada interior, as chaminés e arcos ou abóbadas;
 - b) Em edifícios de tipologia pombalina, a escada interior, arcos e abóbadas, chaminés e painéis azulejados;
 - c) Em edifícios de tipologia pós-pombalina, a escada interior, os estuques decorativos e lambris de paredes;
 - d) Em edifícios de tipologia moderna, átrios e zonas comuns, quando apresentem relevância arquitetónica ou decorativa.

Artigo 32.º

Caves

A construção de áreas em cave, para estacionamento, arrecadações, áreas técnicas ou para outros usos, nos termos admitidos no artigo 20.º do presente regulamento, localizadas sob os edifícios ou respetivas ampliações e logradouros, deverá cumprir os seguintes critérios de intervenção:

- a) Preservar os elementos do sistema estrutural preexistente, garantindo a sua coerência e desempenho de acordo com o estabelecido nos artigos 28.º a 30.º do presente regulamento;
- b) Observar, para além das regras relativas a logradouros previstas no artigo 34.º do presente regulamento, o disposto no PDML quanto ao sistema húmido integrado na estrutura ecológica municipal, às áreas de elevada vulnerabilidade a inundações e suscetibilidade ao efeito de maré direto;
- c) Observar as regras relativas à proteção do património arqueológico previstas no artigo 18.º do presente regulamento;
- d) As escavações não afetarem a capacidade resistente das fundações dos edifícios circundantes;
- e) No caso da introdução de caves para estacionamento, se o edifício se encontrar em via de circulação automóvel com largura superior de 5 metros, garantir a integração arquitetónica da entrada do estacionamento e que o número de lugares a criar no interior seja superior aos que deixam de existir no espaço público.

Artigo 33.º

Saguões

1. Os saguões devem encontrar-se livres de quaisquer ocupações.
2. Excetua-se do número anterior a instalação de equipamentos técnicos devidamente justificados, nomeadamente elevadores.

Artigo 34.º

Logradouros

1. Na área do PPRUM, aplicam-se as regras previstas no PDML quanto aos logradouros dos Espaços centrais e residenciais – Traçado urbano A.
2. Para efeitos de aplicação da regra prevista no número anterior considera-se como área do logradouro a área livre que não foi objeto de construções executadas ao abrigo da lei até à data da entrada em vigor do presente plano ou, em caso de obra de construção nova ou novo alinhamento do edificado, as regras sobre logradouros aplicam-se à área da parcela que não possa ser ocupada pela construção prevista face às regras relativas à profundidade.
3. Pode ser dispensada a observância prevista no n.º 1 do presente artigo, quando se verifiquem as seguintes condições cumulativas:
 - a) Se trate de equipamento de utilização coletiva, cujas exigências programáticas não sejam compatíveis com o cumprimento do prescrito no n.º 1 do presente artigo;

- b) A Câmara Municipal, após debate público do projeto, delibere que o mesmo reveste excecional importância para a cidade e contribui para a qualificação da área;
 - c) Seja salvaguardado o cumprimento das demais normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente em matéria de salubridade e iluminação das edificações e de distanciamentos a observar entre edificações.
4. Nas situações autorizadas ao abrigo do número anterior, não é permitida a alteração de uso de equipamento de utilização coletiva, salvo se a área que foi ocupada no logradouro for reposta, por forma a assegurar o cumprimento da regra a que se refere o n.º 1 do presente artigo.
 5. Nas áreas dos conjuntos históricos do Mocambo e das Trinas, sempre que no logradouro existam construções sem relevância cultural ou ambiental, mesmo que executadas ao abrigo do direito anterior à data de entrada em vigor do PPRUM, a aplicação do disposto no artigo 7.º do presente regulamento, relativo ao possível aumento de altura da fachada e número de pisos, é condicionada pela redução da ocupação do logradouro respetivo e aumento da sua área permeável, com eliminação da totalidade das referidas construções.
 6. Os exemplares vegetais existentes, que pelo seu porte ou pela sua raridade constituam elementos naturais com valor cultural ou ambiental, devem ser mantidos no local.
 7. A configuração dos logradouros verdes permeáveis a preservar poderá ser ajustada em função das novas construções, desde que garantido logradouro com área permeável equivalente.

Subsecção III

Obras de demolição

Artigo 35.º

Regime

1. São permitidas obras de demolição, total ou parcial, decorrentes de projetos aprovados ao abrigo do presente regulamento e nos seguintes casos:
 - a) Ruína iminente do edifício e/ou impossibilidade técnica da sua recuperação, comprovada por prévia vistoria municipal;
 - b) Em situações excecionais de inviabilidade técnica ou económica da reabilitação do edifício, por motivo de ruína parcial ou deficiência grave a nível estrutural ou funcional, não sendo possível manter o edifício, no todo ou em parte, sem prejuízo da segurança ou salubridade, devendo tal inviabilidade ser fundamentada em relatório de avaliação estrutural, nos termos do artigo 28.º do presente regulamento, e ser atestada por vistoria municipal;

- c) Quando o edifício for considerado como passível de substituição no Anexo II – Fichas de alçados de rua, ou desde que o projeto apresentado contribua para a valorização do conjunto em que se integra, resultando uma vantagem evidente da substituição total ou parcial do edifício existente;
 - d) Obras de demolição de pisos ou elementos alterados ou acrescentados identificados no Anexo II – Fichas de alçados de rua;
 - e) Edifícios com instalações industriais e armazéns abandonados ou obsoletos, sem interesse cultural e ambiental, mediante prévia vistoria municipal, e desde que sejam salvaguardados os valores do património industrial;
 - f) Construções existentes nos logradouros quando não apresentem interesse arquitetónico ou, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 34.º do presente regulamento.
2. As obras de demolição, total ou parcial, de edificado são, obrigatoriamente, acompanhadas por técnico habilitado para o efeito, com vista ao registo e salvaguarda de elementos de interesse patrimonial, arqueológico, histórico ou artístico (azulejaria, pinturas a fresco, epigrafia, escultura), para posterior reintegração *in situ* ou integração nos acervos museológicos municipais.
3. Quando a demolição parcial do edifício afete o seu interior e se fundamente numa das situações previstas na alínea b) do n.º 1 deste artigo as respetivas fachadas têm de ser preservadas e o número de pisos tem de ser mantido, aplicando-se o disposto no artigo 38.º do presente regulamento.
4. Quando a demolição do edifício, nas situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo, tenha tido origem na deterioração dolosa da edificação pelo proprietário, ou por terceiro, ou violação grave do dever de conservação, comprovada no âmbito do processo contraordenacional, é obrigatória a reconstrução do edifício pré-existente, sem prejuízo das alterações que sejam necessárias para cumprimento das novas exigências legais em vigor.

Secção III

Obras de construção

Artigo 36.º

Regime geral

1. Nos termos do presente regulamento, deve privilegiar-se a conservação e manutenção do edificado existente, pelo que as obras de construção só são admitidas, excecionalmente, nas seguintes situações:
- a) Quando no prédio não exista qualquer construção;
 - b) Quando seja admitida a demolição da construção existente nos termos do presente regulamento;

- c) Na área da Unidade de Execução (UExe1), delimitada na planta de implantação – síntese e programação, quer as construções se destinem ou não a substituir edifício demolido.
2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 37.º e 38.º do presente regulamento, as obras de construção estão sujeitas às seguintes regras:
- a) A altura da fachada e a altura da edificação não podem ultrapassar o indicado no Anexo II – Fichas de alçados de rua, nem a média das alturas das edificações, calculadas nos termos do disposto no PDML;
 - b) As caves devem observar o disposto no artigo 32.º do presente regulamento;
 - c) A empena não pode ultrapassar a profundidade máxima prevista para os Espaços centrais e residenciais no PDML;
 - d) A fachada deve harmonizar-se com as fachadas da rua e do quarteirão em que se insere.
3. Nos casos previstos no presente regulamento, onde se admite o acréscimo da altura da fachada ou da altura total do edifício preexistente, o mesmo está condicionado à não interferência com os ângulos de visão dos pontos dominantes identificados no sistema de vistas definido no PDML, verificada por estudo de impacto visual e salvaguarda do enquadramento, leitura e contemplação dos bens imóveis classificados.

Artigo 37.º

Substituição de edifícios existentes

As obras de construção de edifícios para substituição dos edifícios existentes, cuja demolição seja autorizada, além das condições definidas no artigo anterior, ficam sujeitas às seguintes regras:

- a) À manutenção do alinhamento do edificado preexistente, sem prejuízo de observarem a profundidade máxima das empenas prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo anterior;
- b) À reintegração e reutilização, quando possível, dos elementos construtivos ou decorativos do edifício original, identificados como bens do património edificado, arqueológico ou azulejar a proteger nos termos dos artigos 16.º a 18.º do presente regulamento.

Artigo 38.º

Obras de reconstrução com preservação de fachadas

1. Para efeitos do presente regulamento, consideram-se obras de reconstrução com preservação de fachadas as operações urbanísticas realizadas em edifícios onde apenas subsistam todas ou algumas das paredes exteriores.

2. Nas situações mencionadas no número anterior, sem prejuízo de se aplicarem as condições referidas nos artigos 36.º e 37.º do presente regulamento, devem ser observadas, ainda, cumulativamente, as seguintes regras:
- a) As soluções estruturais devem ser compatíveis com os elementos arquitetónicos ainda existentes e não podem colocar em risco as condições de estabilidade do quarteirão onde se insere o edifício;
 - b) As características arquitetónicas da fachada devem ser preservadas;
 - c) A intervenção sobre a fachada deve observar o disposto nos artigos 23.º e 26.º do presente regulamento.

Capítulo IV

Espaços consolidados verdes de recreio e produção

Artigo 39.º

Regime

1. Os espaços exteriores verdes de recreio e produção, assinalados na Planta de implantação –síntese e programação, são espaços não edificados, maioritariamente permeáveis e plantados sobre solo orgânico em terreno natural, públicos ou privados, destinados a fins de recreio e produção e que podem integrar infraestruturas amovíveis de apoio ao recreio e lazer.
2. Nos espaços verdes de recreio e produção não é permitida a realização de operações de loteamento.
3. A intervenção nos espaços verdes de recreio e produção deve ser objeto de projeto de espaços exteriores específico e deve ter em atenção as respetivas características originais, contribuindo para a preservação da identidade e memória desse espaço, em particular no que se refere à articulação com a envolvente edificada

Capítulo V

Espaços consolidados de uso especial de equipamentos

Artigo 40.º

Regime

1. Aos espaços de uso especial de equipamentos, aplica-se o disposto no PDML para a mesma categoria de espaço, devendo os espaços exteriores observar o disposto no artigo 22.º do presente regulamento.
2. Na Unidade Espacial do Antigo Convento da Esperança/Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros (UEsp1), a proibição de os usos complementares ultrapassarem o índice de edificabilidade de 1,5,

estabelecida no n.º 1 do artigo 54.º do PDML, só é aplicável à construção de novos edifícios, sem prejuízo de, para o efeito, serem contabilizadas as áreas afetadas a usos complementares localizadas nos edifícios existentes na UEsp1.

Capítulo VI

Sistema de mobilidade

Artigo 41.º

Estacionamento

1. Em obras de construção, reconstrução e de ampliação, devem ser previstas áreas de estacionamento nos termos estabelecidos no PDML, admitindo-se a dispensa destas áreas nas situações aí previstas.
2. É admitida a construção de caves para estacionamento, sob os edifícios, respetivas ampliações e/ou logradouros, nos termos do disposto no artigo 34.º do presente regulamento.
3. É admitida a possibilidade de localização de estacionamento no piso térreo desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:
 - a) O edifício se encontre em via de circulação automóvel com largura superior a 5 metros;
 - b) A introdução do vão de acesso garanta a integração arquitetónica do alçado;
 - c) A eventual alteração arquitetónica dos interiores cumpra o disposto no presente regulamento.
4. É admitida a utilização da totalidade do edifício para área de estacionamento nas zonas definidas no artigo 20.º do presente regulamento e desde que sejam cumpridas as demais regras do mesmo.
5. É admitida a utilização de sistemas de estacionamento mecânico, quando a alteração arquitetónica do interior dos edifícios cumpra o disposto no presente regulamento.

TÍTULO IV

Programação e execução do Plano

Artigo 42.º

Âmbito, objetivos e identificação

1. O plano é executado primordialmente pelas operações urbanísticas de iniciativa particular que se procuram incentivar, através do sistema de compensação previsto na Lei.

2. As unidades, devidamente delimitadas na Planta de implantação – síntese e programação, destinam-se a promover a concretização das intervenções urbanísticas, de interesse estratégico e estruturantes na revitalização do bairro da Madragoa e a serem objeto de projetos específicos a desenvolver pelo município e pelas entidades públicas ou privadas proprietárias dos prédios abrangidos são as seguintes:
 - a) UExe1 – Unidade de Execução da Antiga fábrica de cerâmica “Constância” no “quarteirão dos Marianos”;
 - b) UEsp1 – Unidade Espacial do Antigo Convento da Esperança / Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros;
3. Na UExe1, cada uma das intervenções será definida pela entidade gestora do processo, enquadrada nos objetivos constantes no artigo 3.º do presente regulamento e nos seguintes objetivos específicos:
 - i) A criação de novos espaços públicos, de atravessamento e estadia pública, atualmente inacessíveis e de natureza privada, no interior do quarteirão;
 - ii) A criação de um novo espaço verde de utilização coletiva no interior da área de intervenção;
 - iii) A criação de uma nova área para implementação de um equipamento público, destinado à população residente na freguesia, cujo programa deverá ser objeto de estudo de conjunto;
 - iv) A demolição e reconversão para uso habitacional das antigas instalações da antiga fábrica de azulejos “Constância” atualmente desativadas e incompatíveis com a qualidade urbana e ambiental pretendida para aquela área;
 - v) A descontaminação dos solos ocupados pelas instalações industriais referidas;
 - vi) O aumento da permeabilidade do solo no interior do quarteirão;
 - vii) A resolução dos problemas de acessibilidade de veículos, nomeadamente, de emergência e segurança, ao interior do quarteirão em causa;
 - viii) Contribuir para reduzir o défice de estacionamento público na zona envolvente.
4. Na UEsp1, incluída em espaço de uso especial de equipamento:
 - i) A criação, no interior do quarteirão de um espaço exterior de utilização coletiva, de estadia e atravessamento pedonal definido pela envolvente edificada;
 - ii) A reabilitação e valorização dos imóveis da CMP, incluindo o atual Quartel de Bombeiros e os vestígios do antigo Convento da Esperança;
 - iii) A introdução de novos programas de equipamentos de utilização coletiva à escala local e da cidade, nomeadamente, creche e centro de dia, complementada por outros usos;
 - iv) A demolição dos edifícios passíveis de substituição, reestruturando a área com a edificação de novos edifícios que melhorem o enquadramento urbano com a envolvente próxima.

5. No âmbito das unidades referidas no presente artigo, as operações urbanísticas estão sujeitas às normas do presente regulamento que lhe sejam aplicáveis e são objeto de estudo de conjunto, sendo executadas pelo sistema de compensação, cooperação ou imposição administrativa.
6. Os atravessamentos pedonais propostos, constantes na planta de implantação, destinam-se a promover percursos alternativos de estruturação do espaço público, pelo atravessamento de quarteirões, e o seu traçado é indicativo, a ser aferido nos projetos das operações urbanísticas respetivas.

Artigo 43.º

Fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística de Lisboa

Na área de intervenção do Plano, os encargos a assumir pelo Município com vista a promover a reabilitação urbana, a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação de serviços ambientais, bem como a criação, manutenção e reforço de infraestruturas, equipamentos ou áreas de uso público, devem ser suportados com o recurso às receitas do Fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística de Lisboa.

Artigo 44.º

Contratualização

Podem ser delimitadas unidades de execução, por iniciativa dos interessados, nos termos e nos trâmites previstos no PDML e demais legislação aplicável.

Artigo 45.º

Sistema de incentivos a operações urbanísticas de interesse municipal

No âmbito do PPRUM, aplica-se o sistema de incentivos a operações urbanísticas de interesse municipal, nos termos previstos no artigo 84.º do PDML, assim como o respetivo regulamento municipal.

TÍTULO V

Disposições finais

Artigo 46.º

Legislação específica

As intervenções no edificado devem respeitar a legislação específica em vigor, nomeadamente os requisitos de segurança, ruído e térmica, com as exceções aí previstas para os casos de edifícios existentes.

Artigo 47.º

Normas supletivas

As regras estabelecidas no PDML, bem como outras normas legais e regulamentares em vigor incidentes na área de intervenção, são aplicáveis em tudo o que não estiver previsto no presente PPRUM, com exceção dos artigos 33.º, 41.º, 42.º, 45.º e o Anexo III do regulamento do PDML.

Artigo 48.º

Norma revogatória

O PPRUM revoga o Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa, aprovado por Deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa, de 24 de outubro de 1996, e publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 242, de 18 de outubro de 1997.

Artigo 49.º

Revisão

O PPRUM deverá ser revisto decorridos 10 anos, a contar da data da sua entrada em vigor.

Artigo 50.º

Entrada em vigor

O PPRUM entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.

- Deliberação n.º 71/CM/2016 (Proposta n.º 71/2016) -
Subscrita pelo Vereador José Sá Fernandes:

Aprovar a classificação de «Património Vegetal Municipal» de um exemplar arbóreo da espécie *Phytolacca dioica* L., existente na freguesia da Misericórdia, nos termos da proposta

Pelouros: Estrutura Verde / Energia - Vereador José Sá Fernandes.

Serviço: Direção Municipal da Estrutura Verde, Ambiente e Energia.

Considerando:

- a) A Deliberação n.º 51/AML/2011, publicada no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 909, em 21 de julho de 2011 (Proposta n.º 257/2011), que aprovou o «Regulamento Municipal de Proteção de Espécimes Arbóreos e arbustivos»;
- b) Que este Regulamento tem como objetivo a proteção do arvoredo do Município de Lisboa, para uma «manutenção (e melhoria) da qualidade do ambiente urbano em particular mas também do ambiente global»;
- c) Que a «CML é a entidade responsável por promover a inventariação, a conservação, proteção, a classificação e a desclassificação de espécimes arbóreos, arbustivos ou (...) de outros elementos vegetais, espécies autóctones ou alóctones, raras, ou pelo seu porte, idade, conformação, ou localização, que constituem referências culturais e paisagísticas existentes na cidade», tendo como base o enquadramento da supra mencionada Deliberação;
- d) Que os espécimes considerados excecionais, individualmente ou em conjunto, que se encontrem em espaços municipais ou privados, integrarão a classificação de «Património Vegetal Municipal» segundo o artigo 3.º daquela Deliberação;
- e) Que, este exemplar arbóreo da espécie *Phytolacca dioica* L. existente no Liceu Passos Manuel, pela sua localização, edifício escolar classificado de Monumento de Interesse Público pela Direção-Geral do Património Cultural (Portaria n.º 511/2013, «Diário da República», 2.ª série, n.º 145, de 2013/07/30; Despacho de homologação de 2003/05/29, do Ministro da Cultura; Despacho de abertura de 1997/05/14, do Vice-presidente do IPPAR); pelo seu estado de conservação conforme relatório técnico de avaliação visual do arvoredo que se anexa à presente proposta; pela sua idade provável, ser do início do século passado, aquando da inauguração do Liceu, fazendo assim parte integrante da história deste monumento e pelo seu porte e dimensões, reúne as condições necessárias para que lhe seja atribuída a classificação de «Património Vegetal Municipal»;
- f) Que a partir do momento da notificação ou ato que determine a abertura de procedimento de classificação, ou no prazo máximo de 60 dias úteis, o bem considera-se «em vias de classificação», pelo que fica estabelecida automaticamente uma zona de proteção de 50m, a partir dos limites externos do espécime, conforme prescrevem os artigos 5.º e 6.º da Deliberação acima referida;

- g) Que o espécime proposto para classificação se encontra em propriedade privada, o Município, através dos serviços, dará apoio técnico, quer para a publicidade referida no artigo 6.º da referida deliberação, quer para as intervenções necessárias a efetuar, como ações de poda, transplante, regularização de raízes e abate, ações estas que só poderão ter lugar mediante autorização expressa da Câmara Municipal de Lisboa, ou de em quem se encontre delegada ou subdelegada a competência;
- h) Que a emissão de alvarás de loteamento ou licenças de construção que impliquem o transplante, regularização de raízes ou abate de espécimes sujeitas a regime de proteção será obrigatoriamente antecedido da emissão de parecer favorável dos Serviços Municipais competentes, conforme prescrito na Deliberação n.º 51/AML/2011;
- i) Que a fiscalização de ocorrências passíveis de constituírem contraordenações, nos termos do Regulamento é da competência dos Serviços Municipais e da Polícia Municipal, cabendo ao Presidente da Câmara Municipal, ou a quem ele delegar, decidir o processo de contraordenação e aplicação de coimas e sanções acessórias, nos termos da mesma Deliberação.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar a classificação de «Património Vegetal Municipal» o exemplar arbóreo da espécie *Phytolacca dioica* L., existente no Liceu Passos Manuel, Escola Básica e Secundária de Passos Manuel e Sede de Agrupamento Vertical de Escolas Baixa-Chiado, sito na Travessa do Convento de Jesus, na freguesia da Misericórdia, ao abrigo da Deliberação n.º 51/AML/2011, publicada no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 909, em 21 de Julho de 2011, e em tudo o que não se encontre previsto nesta deliberação aplicar o disposto nos diplomas do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural e a Lei de Bases do Ambiente.

(Aprovada por unanimidade.)

- Deliberação n.º 72/CM/2016 (Proposta n.º 72/2016) -
Subscrita pela Vereadora Catarina Vaz Pinto:

Considerando que:

A realização das Marchas Populares constitui uma referência cultural importante na celebração das Festas da Cidade de Lisboa e, simultaneamente, um fator de dinamização da atividade económica de grande número de entidades ligadas à vida dos bairros históricos do concelho;

O Município de Lisboa, à semelhança de anos anteriores, pretende apoiar a realização daquelas Marchas através da disponibilização dos meios financeiros necessários e adequados ao financiamento das diversas atividades inerentes à sua preparação e execução;

O conjunto de ações a desenvolver pelas entidades envolvidas na apresentação das Marchas Populares, exige a transferência atempada dos recursos financeiros a disponibilizar, tendo em vista uma organização mais estável e com a necessária antecedência deste evento cultural;

A verba a atribuir a cada uma das coletividades que participa na organização e apresentação das Marchas Populares é de 27 000 euros (vinte e sete mil euros), por entidade;

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- Aprovar, a atribuição de uma transferência no valor global de 594 000 euros (quinhentos e noventa e quatro mil euros), repartida em partes iguais de 27 000 euros (vinte e sete mil euros), pelas 22 coletividades constantes da lista em anexo e que faz parte integrante da presente proposta, para apoio à realização das Marchas Populares em 2016.

Esta despesa terá cabimento na Orgânica L19.00, Rubrica Económica 04.07.01, Código do Plano 41211, Ação E1.P001.10.

(Aprovada por unanimidade. Os Vereadores Carlos Moura e Manuel Figueiredo não participaram na votação.)

MONTANTE	ENTIDADE	OBJECTIVO	ACÇÃO DO PLANO	CLASSIFICAÇÃO
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Sociedade de Recreio Ajuda Clube	Organização da Marcha de AJUDA	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Sociedade Filarmónica Alunos Esperança	Organização da Marcha de ALCÂNTARA	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Centro Cultural Dr. Magalhães Lima	Organização da Marcha de ALFAMA	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Ginásio do Alto do Pina	Organização da Marcha do ALTO DO PINA	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Lisboa Clube Rio de Janeiro	Organização da Marcha do BAIRRO ALTO	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Associação Recreativa de Moradores e Amigos do Bairro da Boavista	Organização da Marcha do BAIRRO DA BOAVISTA	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Associação Viver Campolide	Organização da Marcha da BELA FLÔR	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Clube Futebol Benfica	Organização da Marcha de BENFICA	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Marítimo Lisboa Clube	Organização da Marcha da BICA	E1.P001.10	04.07.01

MONTANTE	ENTIDADE	OBJECTIVO	ACÇÃO DO PLANO	CLASSIFICAÇÃO
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo	Organização da Marcha de CAMPO DE OURIQUE	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	TC – Teatro de Carnide – Sociedade Dramática	Organização da Marcha de CARNIDE	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Clube Desportivo da Graça	Organização da Marcha da GRAÇA	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Academia Musical 1º de Junho de 1893	Organização da Marcha do LUMIAR	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Esperança Atlético Clube	Organização da Marcha da MADRAGOA	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Sociedade Musical 3 de Agosto de 1885	Organização da Marcha de MARVILA	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Grupo Desportivo da Mouraria	Organização da Marcha da MOURARIA	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Grupo de Pesca e Desporto Santa Maria dos Olivais	Organização da Marcha dos OLIVAIS	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Sporting Clube da Penha	Organização da Marcha da PENHA DE FRANÇA	E1.P001.10	04.07.01

MONTANTE	ENTIDADE	OBJECTIVO	ACÇÃO DO PLANO	CLASSIFICAÇÃO
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Academia Recreativa Leais Amigos	Organização da Marcha de S. VICENTE	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Operário Futebol Clube de Lisboa	Organização da Marcha de SANTA ENGRÁCIA	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”	Organização da Marcha INFANTIL	E1.P001.10	04.07.01
27.000€ Vinte e Sete Mil Euros	Associação dos Comerciantes nos Mercados de Lisboa	Organização da Marcha dos MERCADOS	E1.P001.10	04.07.01

- Deliberação n.º 73/CM/2016 (Proposta n.º 73/2016) -
Subscrita pela Vereadora Catarina Vaz Pinto:

Pelouro: Cultura.

Serviço: Direção Municipal de Cultura/Divisão de Ação Cultural.

Considerando que:

A Câmara Municipal de Lisboa ratificou através da Deliberação n.º 288/CM/2012, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 951, de 10 de maio de 2012, a aprovação da Minuta de Acordo entre o Município de Lisboa e a Comuna - Teatro de Pesquisa, CRL, e subsequente assinatura do mesmo;

O mencionado Protocolo, assinado em 27 de abril de 2012, prevê na sua Cláusula Segunda, que:

«O Primeiro Outorgante apoiará o desenvolvimento das atividades de produção teatral e artística pela Segunda Outorgante, com a atribuição de uma transferência anual no valor de 40 000 euros (quarenta mil euros), a pagar, se não antes, até 30 de novembro de cada ano».

Mais prevê o mencionado Protocolo no n.º 2 da sua Cláusula Sexta, que:

«O presente Protocolo renovar-se-á automaticamente em cada ano económico, até ao limite de 5, ficando, porém, a assunção de encargos financeiros por parte do Município dependente da respetiva autorização para realização de despesa a emitir pelo Órgão competente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro».

A Comuna é uma das entidades mais emblemáticas da cidade de Lisboa mantendo, apesar das grandes dificuldades económicas, uma atividade regular, utilizando o espaço que lhe foi cedido pela Câmara Municipal de uma forma exemplar e apostando numa política de incentivo à partilha de recursos e troca de experiências com outras entidades culturais, o que se torna uma mais-valia inquestionável no âmbito da atividade cultural do Município.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, no âmbito do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- Aprovar a transferência de verba para a Comuna - Teatro de Pesquisa, CRL, no montante de 40 000 euros (quarenta mil euros), relativa ao apoio financeiro da CML a realizar no ano 2016.

A despesa em causa tem cabimento na Rubrica Orçamental L19.00 (Direção Municipal de Cultura), Económica 04.07.01, Código do Plano 40374, Ação do Plano E1.P001.09 - Projetos de Instituições Culturais.

(Aprovada por unanimidade.)

- Deliberação n.º 74/CM/2016 (Proposta n.º 74/2016) -
Subscrita pelo Vereador Jorge Máximo:

Aprovar a atribuição de apoio financeiro e não financeiro, no âmbito do RAAML, à Federação Portuguesa de Rugby, com vista à realização, no ano de 2016, do Campeonato da Europa Sub-18 («U18 European Championship»/«U18 European Trophy») e do «Portugal Rugby Youth Festival 2016», bem como aprovar a respetiva Minuta de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos da proposta

Pelouro: Desporto.

Serviço: Departamento da Atividade Física e do Desporto.

Considerando que:

1 - O programa de ação de governo para a cidade de Lisboa tem como um dos objetivos a colocação de Lisboa no ranking mundial das cidades desportivas, procurando estimular a organização de grandes eventos internacionais, bem como a promoção do direito ao desporto e ao bem-estar, no sentido de colocar o desporto ao serviço das pessoas e do seu desenvolvimento pessoal e social, enfatizando o seu papel de veículo educativo e formativo;

2 - A Câmara Municipal de Lisboa entende que as associações desportivas desempenham uma importante função social, sendo de realçar a sua inestimável contribuição para o desenvolvimento do desporto, bem como para o lazer e ocupação dos tempos livres das populações, nomeadamente das camadas mais jovens e socialmente mais carenciadas;

3 - A dotação destas entidades com meios e recursos que viabilizem a sua atividade regular e permitam a concretização de eventos, iniciativas e projetos de interesse comunitário, constitui um requisito que responsabiliza, não apenas os respetivos associados, mas também os Poderes Públicos: a Administração Central e as Autarquias;

4 - A Câmara Municipal de Lisboa tem procurado apoiar os clubes e coletividades da cidade de Lisboa, bem como outras entidades sem fins lucrativos que atuem na área desportiva, com vista à sua capacitação e organização, de forma a proporcionar-lhes meios adicionais para suportar os encargos decorrentes do desenvolvimento da prática desportiva e de beneficiação ou requalificação de infra-estruturas desportivas ou sociais já existentes;

5 - De acordo com o estudo científico realizado pela Câmara Municipal de Lisboa em parceria com o INDEG-ISCTE, *Executive Education*, à avaliação do impacto direto e secundário do rendimento gerado pela realização de 18 (dezoito) grandes eventos desportivos na cidade de Lisboa em 2015, conclui-se que a organização destes eventos criou, no ano transato, uma receita aproximada de 100 000 000 euros (cem milhões de euros);

6 - O «Rugby Portugal Youth Festival 2015» encontra-se entre os eventos que fizeram parte desse estudo. Da avaliação feita resulta que a iniciativa atraiu a Lisboa um grande número de estrangeiros, particularmente famílias, e contou com a participação de diversas equipas jovens, compostas por 1816 atletas, e com um número de espetadores que ascendeu a 20 000 (vinte mil);

7 - É importante para Lisboa continuar a investir na atração de grandes eventos desportivos internacionais como fator de prestígio, valorização económica e promoção da cidade e da marca «Lisboa»;

8 - A Federação Portuguesa de Rugby, com sede na Rua Julieta Ferrão, 12, 3.º SL 303 - 1600-131 Lisboa, portadora do cartão de identificação de pessoa coletiva n.º 501617523, registada na Base de Dados para Atribuição de Apoios do Município de Lisboa, sob o registo de BDAA n.º 130611, com Estatutos aprovados e publicados no «Diário da República» n.º 2/2000, de 4 de janeiro (3.ª série), é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que muito tem contribuído para o desenvolvimento e incremento da prática do rugby no concelho de Lisboa;

9 - A Federação Portuguesa de Rugby solicitou apoio financeiro e não financeiro à Câmara Municipal de Lisboa, com vista ao desenvolvimento dos seguintes eventos:

- a) Campeonato da Europa Sub-18 («U18 European Championship»/«U18 European Trophy»), a decorrer de 17 a 27 de março de 2016;
- b) «Portugal Rugby Youth Festival 2016», a decorrer nos dias 2 e 3 de abril de 2016.

10 - Nos termos do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, as Autarquias Locais tem competências para conceder apoios financeiros e não financeiros para a realização de eventos desportivos de interesse municipal, devendo tais apoios ser formalizados por via da celebração de Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo;

11 - Nessa medida, se pretende proceder à celebração com a Federação Portuguesa de Rugby de um Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, para concessão dos seguintes apoios:

- Apoio não financeiro: até ao limite de 30 000 euros (trinta mil euros), consubstanciado na cedência de equipamentos e materiais logísticos, inserção de publicidade e respetiva isenção de taxas e preços, no ano de vigência do Contrato-programa (2016) para concretização do programa e eventos supra enunciados;
- Apoio financeiro: no montante de 40 000 euros (quarenta mil euros), com vista à organização do Campeonato da Europa Sub-18 («U18 European Championship»/«U18 European Trophy») e do «Portugal Rugby Youth Festival 2016».

12 - A atribuição do apoio financeiro e não financeiro consignado na Minuta de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo que se apresenta à apreciação

do Órgão Executivo, respeita a legislação e regulamentos em vigor e foi precedida de formalização de pedido de apoio apresentado pela Federação, devidamente instruído de acordo com o Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa (RAAML), e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, correlativa análise pelos Serviços da CML/Departamento de Desporto, com base em critérios previamente definidos e consequente elaboração desta proposta para apreciação pela CML, não havendo lugar à emissão de parecer por parte das Juntas de Freguesia, face à exceção consignada no n.º 2 do artigo 10.º do RAAML;

13 - Compete à Câmara Municipal de Lisboa, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, «deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o Município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos» e «Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa e desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças».

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar:

- a) A atribuição à Federação Portuguesa de Rugby de um apoio financeiro, e respetiva transferência de verba no montante de 40 000 euros (quarenta mil euros), no ano de 2016, de acordo com o plano de pagamentos previsto no Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, com cabimento na Rubrica Económica 04.07.01 (transferências correntes - instituições sem fins lucrativos), no Plano de Atividades C4.P007.02 (Apoio a Entidades - RAAML e outros) da Orgânica L21.02, com o documento de cabimento que se junta em anexo à presente proposta e dele fica a fazer parte integrante;
- b) A atribuição à Federação Portuguesa de Rugby de um apoio não financeiro, até ao montante de 30 000 euros (trinta mil euros), no ano de vigência do Contrato (2016), que se concretiza na cedência de equipamentos e materiais logísticos, inserção de publicidade e isenção das respetivas taxas e preços com vista à concretização do programa e eventos inscritos no objeto do Contrato-programa;
- c) A Minuta de Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo relativo ao apoio financeiro e não financeiro que faz parte integrante da presente proposta, para todos os efeitos legais.

(Aprovada por unanimidade.)

CONTRATO - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º 72 /CML/DAFD/15

[Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML), publicado no Boletim Municipal n.º 771, de 27 de novembro de 2008 (7.º Suplemento), Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML), publicado no Diário da República n.º 175, 2.ª série, 8 de setembro de 2015]

Entre o Município de Lisboa

E

Federação Portuguesa de Rugby

Minuta aprovada em sessão de Câmara através da Proposta n.º/CML/2016, de/...../2016

Atribuição de Apoios Financeiros e Não Financeiros aos Clubes, Associações Desportivas e Outras Entidades pelo Município de Lisboa, no ano de 2016

[De acordo com o Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa (RAAML), Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML)].

(Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho)

N.º de compromisso Declaração Fundos Disponíveis n.º/2016

1. A Câmara Municipal de Lisboa entende que as associações desportivas desempenham uma importante função social, sendo de realçar a sua inestimável contribuição para o desenvolvimento do desporto, bem como para o lazer e ocupação dos tempos livres das populações, nomeadamente das camadas mais jovens e socialmente mais carenciadas.
2. A dotação destas entidades com meios e recursos que viabilizem a sua atividade regular e permitam a concretização de iniciativas e projetos de interesse comunitário, constitui um requisito que responsabiliza, não apenas os respetivos associados, mas também os Poderes Públicos: a Administração Central e as Autarquias.
3. A Câmara Municipal de Lisboa considera que os apoios consignados no presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo conferem à entidade beneficiária responsabilidades acrescidas em relação à comunidade desportiva concelhia, traduzindo-se tais responsabilidades numa efetiva garantia do desenvolvimento regular das suas atividades, permitindo um cabal desempenho da sua função social.
4. A **Federação Portuguesa de Rugby**, com sede na Rua Julieta Ferrão, n.º 12, 3.º SL 303, 1600-131 em Lisboa, portadora do cartão de identificação de pessoa coletiva n.º 501617523 registada na Base de Dados para Atribuição de Apoios do Município de Lisboa, sob o registo de BDAA n.º 130611, com estatutos aprovados e publicados no Diário da República n.º 2/2000 de 4 de janeiro (3.ª série), é uma entidade sem fins lucrativos, que muito tem contribuído para o desenvolvimento e incremento da prática desportiva no concelho, em particular da modalidade de Rugby.

5. A **Federação Portuguesa de Rugby** solicitou apoio financeiro e não financeiro à Câmara Municipal de Lisboa com vista ao desenvolvimento dos seguintes eventos: a) Campeonato da Europa Sub-18 (*"U18 European Championship"/"U18 European Trophy"*), a decorrer de 17 a 27 de março de 2016; b) *"Portugal Rugby Youth Festival 2016"*, a decorrer nos dias 2 e 3 de abril de 2016;
6. Os serviços da CML/Departamento de Desporto verificaram estarem cumpridos os requisitos para a atribuição do apoio solicitado, com base em critérios previamente definidos, bem como não haver lugar à emissão de parecer por parte das Juntas de Freguesia, face à exceção consignada no n.º 2, do artigo 10.º do RAAML

Assim, entre:

O **Município de Lisboa**, através do seu órgão executivo, **Câmara Municipal de Lisboa**, com sede na Praça do Município, adiante designada por CML, ou **Primeira Outorgante**, neste ato representada pelo Vereador Jorge Máximo, no uso de competência delegada, nos termos da delegação de competências conferidas pelo Despacho n.º 42/P/2015, de 21 de maio, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015,

E

A **Federação Portuguesa de Rugby**, com sede na Rua Julieta Ferrão, n.º 12, 3.º SL 303, 1600-131 em Lisboa, portadora do cartão de identificação de pessoa coletiva n.º 501617523 registada na Base de Dados para Atribuição de Apoios do Município de Lisboa, sob o registo de BDAA n.º 130611, com estatutos aprovados e publicados no Diário da República n.º 2/2000 de 4 de janeiro, (3.ª série), adiante designada por **Segunda Outorgante**, neste ato devidamente representada pelo seu presidente, Eng.º Carlos Silva, com poderes para intervir no ato nos termos estatutários,

É celebrado e, por ambos aceite, o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos gerais do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e demais Regulamentos Municipais em vigor que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O presente Contrato-Programa tem por objeto a cooperação entre os dois outorgantes destinada à definição de formas de colaboração institucional entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Federação Portuguesa de Rugby, com vista à realização, no ano de 2015, dos seguintes eventos e programas:
 - a) Campeonato da Europa Sub-18 (*"U18 European Championship"/"U18 European Trophy"*), – entre 17 a 27 de março de 2016;
 - b) *"Portugal Rugby Youth Festival 2016"* – nos dias 2 e 3 de abril de 2016.
2. Os eventos referidos no número anterior serão executados pela **Segunda Outorgante**, de acordo com os termos do presente Contrato-Programa e a legislação nacional em vigor, a aplicar à matéria em questão, sendo a mesma responsável pela obtenção de todas e quaisquer licenças municipais ou outras que ao caso couberem, bem como por cumprir as normas de segurança, higiene e saúde.
3. A disciplina do regime de comparticipação financeira e não financeira e o acompanhamento de execução do programa aqui previsto é definida pela **Primeira Outorgante**.

4. A atribuição do apoio consignado neste Contrato-Programa foi precedida de formalização de pedido de apoio apresentado pela **Segunda Outorgante**, devidamente instruído de acordo com o *RAAML*, e correlativa análise pelos serviços da Câmara Municipal/Departamento de Desporto, com base em critérios previamente definidos e consequente elaboração de proposta para apreciação pelo órgão executivo.
5. As participações definidas neste Contrato-Programa não serão proporcionalmente aumentadas em função do custo real do respetivo Programa, a não ser que haja concordância expressa por parte da **Primeira Outorgante**.

Cláusula Segunda (Apoio não financeiro)

1. A **Primeira Outorgante** atribui à **Segunda Outorgante** para desenvolvimento das atividades referidas na **Cláusula Primeira** a participação de ordem não financeira que se consubstancia na cedência de equipamentos e diversos materiais de âmbito logístico e na isenção do pagamento das respetivas taxas e preços previstos no *Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa (RGTPORML)*, após instrução pelos serviços do Departamento de Desporto do competente processo administrativo e reconhecimento pelo Vereador com competência subdelegada na área dos serviços liquidadores, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 9.º e n.º 2 do artigo 12.º do *RGTPORML*, cujo valor pode atingir até um limite de € 30.000,00 (trinta mil euros), no ano civil em que o Contrato vigorar, de acordo com a informação superveniente dos diversos serviços municipais envolvidos.
2. A **Segunda Outorgante** entregará por escrito à **Primeira Outorgante**, a indicação dos materiais logísticos necessários à cabal e plena realização do objeto do Contrato, dados que serão, posteriormente, colocados pelos serviços em mapa tipo que integrará todo o processo, fazendo-se expressa menção do Contrato-Programa que subjaz a esse apoio.
3. O mapa tipo, previsto no número anterior, inclui a previsão estimada dos apoios não financeiros, podendo ser atualizados e alterados em função das necessidades reais da organização dos eventos, sendo os valores de atribuição não financeira evidenciados nos relatórios finais e de atividade a entregar pela **Segunda Outorgante** de acordo com as datas previstas neste Contrato para posterior publicação na BDAA.

Cláusula Terceira (Apoio financeiro)

1. A **Primeira Outorgante** atribui à **Segunda Outorgante** o apoio financeiro no montante global de € 40.000,00 (quarenta mil euros) líquidos, com vista ao cumprimento do disposto na **Cláusula Primeira** do presente contrato.
2. O apoio financeiro referido no número anterior da presente cláusula obedecerá ao seguinte plano de pagamentos:
 - a) **Primeira Prestação no montante de € 24.000,00 (vinte e quatro mil euros)** correspondente a 60% do valor global, após assinatura do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo;
 - b) **Segunda Prestação no montante de € 16.000,00 (dezasseis mil euros)** correspondente a 40%, após entrega dos relatórios de execução física e financeira, com explicitação dos resultados alcançados e cópias dos respetivos documentos justificativos.

3. Em caso algum, a **Primeira Outorgante** compartilhará em indemnizações que venham, eventualmente, a ser devidas pela concretização de tal programa.

Cláusula Quarta (Obrigações da Primeira Outorgante)

1. A **Primeira Outorgante** compromete-se a:

- a) Transferir para a **Segunda Outorgante** o montante global referido na **Cláusula Terceira** de acordo com o respetivo plano de pagamentos aí propugnado;
 - b) Ceder os bens e isentar das taxas e preços aplicáveis aos eventos, inscritos nos mapas tipo a preencher pelos serviços e unidades orgânicas competentes, de acordo com a solicitação da **Segunda Outorgante**;
 - c) Verificar o exato desenvolvimento do objeto e atividade que justificou a celebração do presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com observância do disposto das normas especialmente aplicáveis, nomeadamente, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, do *Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML)* e demais regulamentos municipais que ao caso se apliquem;
 - d) No âmbito do seu apoio à organização dos eventos, a **Primeira Outorgante** compromete-se ainda a assegurar que a **Segunda Outorgante** observa, no que concerne à sua divulgação, as normas constantes nos Regulamentos Municipais em vigor, nomeadamente, Licenciamento de Provas Desportivas, de Publicidade, do Mobiliário Urbano e da Ocupação da Via Pública;
 - e) Para os efeitos previstos nos números anteriores, a **Primeira Outorgante**, reserva-se o direito de, ao abrigo do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e do *Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML)*, realizar inspeções, inquéritos ou sindicâncias, bem como de determinar a realização de uma auditoria através do Departamento de Auditoria Interna ou, eventualmente, por entidade externa;
 - f) Divulgar, na medida das possibilidades e prioridades definidas, as principais atividades desportivas e implementação do projeto desportivo, nos circuitos e suportes de divulgação do município, nomeadamente, nos painéis eletrónicos, Revistas da CML, no sítio da Câmara Municipal de Lisboa, de acordo com as regras estabelecidas para cada um destes tipos de suportes.
2. A **Primeira Outorgante** reserva-se o direito de, a todo tempo, solicitar a apresentação da documentação necessária para apreciar a correta aplicação dos apoios.

Cláusula Quinta (Obrigações da segunda outorgante)

1. A **Segunda Outorgante** compromete-se a:

- a) Organizar os eventos melhor identificados na **Cláusula Primeira** do presente Contrato, de acordo com as normas legais e regulamento aplicáveis.
- b) Responsabilizar-se pela obtenção de todas as licenças municipais ou outras que ao caso couberem, assegurando e fazendo menção expressa junto dos serviços respetivos da existência do presente Contrato-Programa, com vista à isenção e desconto dos preços aplicáveis.

- c) Entregar os requerimentos, junto dos serviços competentes da edilidade, com vista à obtenção de isenção e descontos das taxas e preços aplicáveis, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 5, do artigo 9.º e do n.º 2 do artigo 12.º do *Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa* (RGTPORML).
- d) Respeitar as normas legais aplicáveis, no que diz respeito à organização e funcionamento dos eventos identificados no objeto contratual.
- e) Informar, por escrito, a **Primeira Outorgante**, sempre que ocorram situações anómalas respeitantes ao funcionamento e desenvolvimento do Programa Desportivo – organização dos eventos.
- f) Nos casos em que a lei imperativamente o imponha, em função do valor financeiro atribuído, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro (*Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo*), organizar a sua contabilidade por centros de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos por Contrato-Programa, a identificação das receitas e a certificação, por um Revisor Oficial de Contas (ROC), ou por Sociedade Revisora de Contas.
- g) Incluir no respetivo sistema contabilístico um centro de resultados para registo exclusivo dos proveitos referentes aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados com menção expressa da sua proveniência e da insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro (*Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo*).
- h) Nos termos do n.º 2, do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, prestar consentimento expresso, para a consulta da situação tributária da entidade, pelos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, nos termos previstos no n.º 1, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril.
- i) Até ao dia 7 de abril de cada ano civil, entregar cópia do Relatório Anual de Gestão e Contas e Atividades da Entidade ou Mapa de Pagamentos e Recebimentos.
- j) Respeitar toda a legislação em matéria de contratação de recursos humanos, higiene e segurança em vigor.
- k) Atender na sua atuação aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído.
- l) Procurar assegurar outras contrapartidas necessárias no âmbito do objeto do presente Contrato-Programa, nomeadamente através do Mecenato, ou outras formas que se mostrem adequadas à situação.
- m) Transferir para uma companhia de seguros, através de contrato de seguro desportivo a responsabilidade por acidentes pessoais dos participantes no evento e nas atividades desportivas promovidas e enquadradas diretamente pela Federação, nos termos e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, evidenciando tal desiderato através de cópia da Apólice de Seguro, anexa aos relatórios finais de execução física e financeira dos eventos.
- n) Publicitar o apoio e colaboração da CML, através da inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação direta ou indireta dos eventos, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação, sem prejuízo da livre e plena utilização da identificação da Federação nesses mesmos suportes gráficos e nas infraestruturas existentes.

- o) Respeitar e fazer respeitar a legislação em vigor em matéria de inserção de qualquer tipo de publicidade nos materiais e suportes de divulgação dos eventos, em particular no que ao Desporto diz respeito, bem como o *Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais*.
2. A **Segunda Outorgante** deverá apresentar à **Primeira Outorgante**, o modelo de relatório de execução física e financeira, anexo ao RAAML, com explicitação dos resultados alcançados e cópias dos respetivos documentos justificativos da despesa, até 31 de julho de 2016.
3. Ao relatório final de execução física e financeira do Programa a executar nos termos da **Cláusula Primeira**, para além das cópias de comprovativos de despesa, deverá ser anexada cópia do Modelo 22 e, se aplicável, também o anexo D, entregue à Administração Fiscal (artigo 9.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), do ano fiscal transato à execução do presente Contrato-Programa.
4. O prazo previsto no número dois da presente cláusula poderá ser excecionalmente prorrogado, em função das características, especificidades e cronograma de execução física dos eventos, iniciativas e atividades, após parecer fundamentado dos serviços.
5. A **Segunda Outorgante** obriga-se a colaborar e a fornecer, a qualquer momento, toda a informação e documentação solicitada pela **Primeira Outorgante**, sempre que esta julgue necessário conhecer o estado de execução do presente Contrato-Programa.
6. Sempre que a **Segunda Outorgante** organize provas desportivas e caso os respetivos regulamentos estipulem a atribuição de prémios, obriga-se ainda à entrega de prémios de valor igual às atletas femininas e atletas masculinos, nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e posterior legislação regulamentar sobre esta matéria.

Cláusula Sexta

(Obrigações conjuntas)

As partes outorgantes obrigam-se mutuamente a colaborar no sentido de assegurar a completa e eficaz realização e cumprimento do objeto do presente Contrato dado que o escopo essencial do mesmo se fundamenta numa parceria, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 5, do artigo 11.º do RAAML.

Cláusula Sétima

(Auditoria)

Sem prejuízo da obrigatoriedade de entrega dos relatórios de execução física e financeira do programa, as atividades decorrentes do projeto referenciado no objeto contratual, podem estar sujeitas a auditorias a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, de acordo com o estabelecido no RAAML, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito, bem como organizar e arquivar, autonomamente, a documentação justificativa da aplicação dos apoios concedidos.

Cláusula Oitava

(Prazo de vigência)

O presente Contrato-Programa entra em vigor após a sua celebração e opera o seu *terminus* em 31 de dezembro de 2016.

Cláusula Nona

(Revisão e atualização)

O presente Contrato-Programa pode ser objeto de revisão, nos seguintes casos:

- a) Por acordo entre as partes ou unilateralmente pela **Primeira Outorgante** devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização da Câmara Municipal de Lisboa;
- b) Quando a execução do Contrato se torne excessivamente onerosa para a **Segunda Outorgante**, nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Décima

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento pela **Segunda Outorgante** de uma ou mais condições estabelecidas no presente Contrato-Programa constitui causa de rescisão direta e automática por parte da **Primeira Outorgante** e implica, a devolução dos montantes recebidos, na percentagem da sua não utilização por referência direta ao objeto contratual propugnado na **Cláusula Primeira**, bem como a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações a pagar à **Primeira Outorgante** pelo uso indevido e danos eventualmente sofridos.
2. O incumprimento do presente Contrato-Programa pela **Segunda Outorgante** constitui impedimento para a atribuição por parte do Município de novo apoio financeiro ou não financeiro, durante o período que vier a ser estabelecido pelo órgão executivo.

Cláusula Décima Primeira

(Cessação do Contrato)

1. O Contrato-Programa cessa a sua vigência quando:
 - a) Esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto;
 - b) Por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;
 - c) A **Primeira Outorgante** exerça o seu direito de resolver o Contrato;
 - d) Nos prazos expressos no presente contrato, não forem apresentados os documentos neste referenciados.
2. A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à outra parte no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

Cláusula Décima-Segunda

(Disposições finais)

1. Em caso de diferendo sobre a interpretação as partes desenvolverão esforços de boa fé para encontrar uma solução.
2. Os litígios emergentes da execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo serão submetidos a arbitragem, nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.
3. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Contrato-Programa aplicam-se, subsidiariamente, as normas e regulamentos em vigor no Município de Lisboa, em particular, as disposições do *Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa (RAAML)*, e a legislação especial aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro (*Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo*).
4. Nos termos do n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 3, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ao presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi atribuído o compromisso número e a declaração de fundos disponíveis número .../2016.

Depois de lido em voz alta, os outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo para ambos claro e compreensível os direitos e deveres de cada uma das partes e, como tal, vai ser assinado.

O presente Contrato-Programa foi celebrado em Lisboa, em de março de 2016, ficando um exemplar na posse de cada um dos **Outorgantes**.

A Câmara Municipal de Lisboa

.....
(Dr. Jorge Máximo)

Federação Portuguesa de Rugby

.....
(Eng.º Carlos Silva)

- Deliberação n.º 76/CM/2016 (Proposta n.º 76/2016) -
Subscrita pelo Vereador João Afonso:

Aprovar a revogação da Deliberação n.º 37/2016, relativa ao procedimento concursal para atribuição de apoio financeiro municipal destinado a projetos no âmbito das Equipas Técnicas de Rua Ocidental, Norte Oriental, Centro e Centro Sul, previstas no Programa Municipal para a Pessoa Sem-abrigo

Pelouro: Direitos Sociais.

Considerando:

- A Câmara Municipal de Lisboa aprovou em 27 de janeiro de 2016, e nos termos da Deliberação n.º 37/2016, a abertura de procedimento concursal para atribuição de apoio financeiro municipal destinado a projetos no âmbito das Equipas Técnicas de Rua Ocidental, Norte Oriental, Centro e Centro Sul, previstas no Programa Municipal para a Pessoa Sem-abrigo, nos precisos termos e condições, tendo o respetivo Aviso de abertura sido publicado no *Boletim Municipal* n.º 1147, de 11 de fevereiro de 2016;
- Verificou-se entretanto que o procedimento aprovado encerra algumas falhas, assinaladas pelos parceiros do Núcleo de Planeamento e Intervenção para as Pessoas Sem-abrigo da Rede Social de Lisboa, destacando-se desconformidades ao nível do cálculo do número de horas de trabalho a prestar pelos técnicos das equipas, a necessidade de esclarecimento ao nível dos critérios de avaliação e ponderação do tipo de intervenção solicitada, e ainda o não acautelamento de intervenções pontuais concertadas sempre que manifestamente necessário, nomeadamente quando acionado o «Plano de Contingência para os Sem-abrigo perante Tempo Frio»;
- As falhas assinaladas, depois de devidamente ponderadas, poderão resultar numa menos correta implementação do Programa Municipal para a Pessoa Sem-abrigo nos termos aprovados;

- Nos termos do artigo 169.º do Código de Procedimento Administrativo, os atos administrativos podem ser revogados por iniciativa dos Órgãos competentes, sendo que a competência para tal, no caso concreto, pertence à Câmara Municipal, devendo, nos termos do n.º 1 do artigo 170.º do mesmo diploma, o ato de revogação revestir a forma legalmente prescrita para o ato revogado.

Assim, ao abrigo das disposições referidas e das demais aplicáveis, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere:

- Revogar integralmente a Deliberação n.º 37/2016, que aprovou as Regras do Procedimento Concursal e do Aviso de Abertura para atribuição de apoio financeiro municipal destinado a projetos no âmbito das Equipas Técnicas de Rua Ocidental, Norte Oriental, Centro e Centro Sul, previstas no Programa Municipal para a Pessoa Sem-abrigo.

(Aprovada por unanimidade.)

Foi deliberado submeter à Assembleia Municipal as seguintes propostas:

- Proposta n.º 68/2016:

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Plano Municipal de Gestão de Resíduos do Município de Lisboa (2015-2020), nos termos da proposta.

(Aprovada por maioria, com 13 votos a favor e 2 abstenções.)

- Proposta n.º 70/2016:

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a designação do Fiscal Único da Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A., nos termos da proposta.

(Aprovada por escrutínio secreto, com 11 votos a favor, 2 votos contra e 3 votos brancos.)

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt